Ignacio M. Azevedo do Amaral

José Bonifacio

1
2

Edição do
Gremio Euclides da Cunha

3500

José Bonifacio

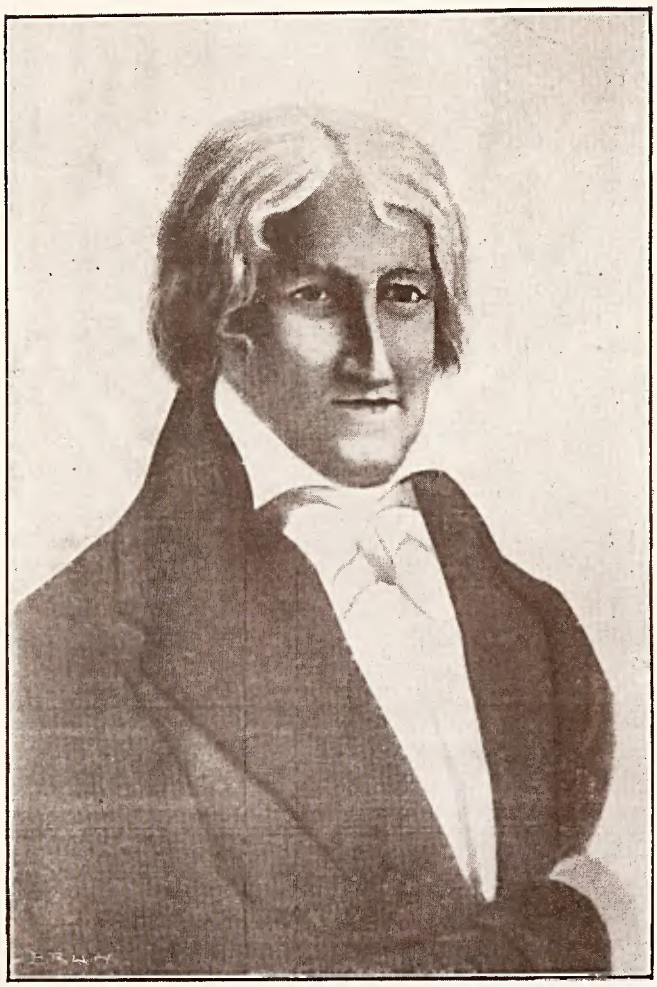
Conferencia realisada
no Instituto La-Fayette
em 7 de Julho de 1917.

por

Ignacio M. Azevedo do Amaral

..."por protesto e adoração"...

Edição do
"Gremio Euclydes da Cunha"



JOSÉ BONIFACIO

(REPRODUCÇÃO DO QUADRO DE DECIO VILLARES)

Rio, 1 de Setembro de 1917.

Meus bons amigos do Gremio Euclydes da Cunha

Acredito ter sido um dos primeiros a applaudir a idéa do monumento que o Gremio Euclydes da Cunha pretende levantar em honra de seu illustre patrono; desejo tambem não ser dos ultimos a contribuir para a sua execução.

E' escasso o concurso que vos offereço e mais vale pelo sentimento que o dicta do que pela cifra em que possa se traduzir.

Editae o manuscripto que vos envio e applicae os lucros, que por ventura apurardes, á realização do vosso nobre projecto.

E' um rapido bosquejo sobre José Bonifacio, palavras com que pretendi apresentar a estudantes o vulto gigantesco do patriarcha da nossa independencia.

Melhor applicação não poderia eu dar a esse ligeiro trabalho; melhor destino não teria a licção civica em que procurei render homenagem ao maior dos nossos estadistas, do que fundindo-a no bronze em que se glorificará o mais brazileiro dentre os escriptores de nossa terra.

IGNACIO DO AMARAL

As palavras que se seguem foram lidas, em 7 de Julho ultimo, no Instituto La-Fayette, por occasião da inauguração do retrato do Patriarcha da Independencia.

Sem tempo, nem recursos para mais tongo trabalho, renunciei a idéa de ampliar e desenvolver aquella confereneia, escripta dentro de limites impostos pelas exigeneias de tempo e de auditorio.

Resolvi accreseentar-lhe sómente algumas notas destinadas a supprir, em parte, o desenvolvimento que não pude dar ao escripto primitivo.

Seja-me permittido associar a esta singela homenagem ao grande estadista da independeneia a recordação do vulto a quem mais devemos pela justa apreciação do papel potitico de José Bonifacio — Miguel Lemos.

Rio, Setembro de 1917.

"JOSÉ BONIFACIO"

* * *

O estudo dos grandes typos cuja acção resume uma phase da evolução de um povo ou de uma raça, não pode ser feito pela exclusiva reconstituição da personalidade moral e intellectual do individuo; é indispensavel o exame conjunto das acções concurrentes de que elle se tornou orgão, sem o que ficariam inapreciados tanto o exercicio como a natureza das funcções sociaes que n'elle se personificaram, porque seria impossivel precisar o verdadeiro papel da personalidade preponderante, sem estudar as condições da collectividade cujo concurso se concentrou n'um só homem.

Qualquer construcção que prescindisse desse estudo seria inutil, mesmo quando não fosse chimerica. Por mais perfeita e acabada, ella só ressuscitaria o individuo sem reconstituir a sua vida: definiria a capacidade potencial do homem sem precisar a sua actividade effectiva; descobriria talvez as suas intenções, nada, porem, adeantaria quanto ás suas acções.

Seria o estudo do orgão com a abstração do organismo; a pintura da acção sem o delineamento do scenario e das attitudes, reduzida á reproducção graphica das proporções e colorido de uma só figura.

Não é, nem pode ser esse o destino da historia.

O conhecimento do passado só é util ao presente quando orientado de molde a permittir a ligação de todos os elos da maravilhosa cadeia continua que é a evolução humana.

O episodio ou o individuo, isoladamente considerados, jamais permittirão a synthese necessaria ao fim social de todas as indagações historicas.

Eis porque se me afigura tão esteril a reducção da historia á narrativa, como a desintegração de um typo qualquer da situação em que elle surgio.

Eis porque não me animo a isolar o vulto gigantesco de José Bonifacio do conjunto da evolução brazileira que n'elle se personificou no momento decisivo em que as condições sociaes e politicas dos dois ramos do throno lusitano dictaram a emancipação de nossa patria.

* * *

Traços diversos distinguem, em sua origem, a expansão maritima de cada um dos dois povos da peninsula iberica.

Emquanto a Hespanha, sob o peso das influencias que actuaram em sua formação nacional, imprimia aos seus emprehendimentos de alem mar o caracteristico typico da conquista militar, as «descobertas» portuguezas se precisavam com o objectivo nitidamente commercial que animava os navegadores do periplo africano á procura de terras onde pudessem installar «feitorias» para o intercambio de productos.

Em busca do caminho das Indias, cujas legendarias riquezas excitavam a sua cobiça, os

portuguezes não satisfaziam uma necessidade de expansão territorial, nem obedeciam ás impulsões do instincto guerreiro.

Não eram soldados que se destinassem á conquista militar de terras extranhas e sim mercadores que se apresentando em boa paz, só se armavam para a defesa de sua fazenda.

Não os animava a verdadeira ambição de predominio politico, mas o espirito mercantil proprio á raça semitica, desde muito infiltrada entre a gente lusitana, graças á sua generosa acolhida, acolhida que a intolerancia religiosa de Castella sempre recusara ás immigrações acatholicas.

Mais lhes apraziam as perigosas travessias do oceano Indico, em demanda das costas Indostanicas, onde a existencia de uma industria organizada permittia um commercio regular e lucrativo, do que a facil navegação para o littoral brazileiro, onde as possibilidades de mais avultado ganho dependiam de laboriosas explorações.

Foi sómente pela força das circumstancias, para se garantirem contra a concurrencia de terceiros, que os navegantes mercadores se tornaram colonizadores.

Essa transformação, porem, perturbada por condições politicas desfavoraveis, e, além disso, contrariando as tendencias naturaes do povo e excedendo ás capacidades da nação portugueza, effectuou-se á custa do progressivo estiolamento d'esta e em prejuizo do desenvolvimento futuro das colonias.

* * *

A incapacidade colonizadora da metropole se revelou desde logo pela primeira tentativa posta em pratica, após vinte annos de abandono das terras do Brazil.

A organização feudal da colonia em capitanias hereditarias e autonomas, embora fosse o melhor recurso que poderia empregar a coroa portugueza, nem por isso deixa de constituir prova incontestavel de que a empreza colonial escapava ás forças do povo descobridor.

Os graves inconvenientes politicos que aquelle systema apresentava para o fim collimado, fazem-se sentir até hoje em nossa evolução nacional.

A prematura fragmentação do extenso territorio em elementos sem cohesão, e unicamente sugeitos á longinqua e reduzida autoridade real, não tardou em pôr em risco a integridade e segurança do todo, forçando á centralização politica da colonia pela creação de um governo geral. Mas o desenvolvimento das capitanias, por anarchisado e imperfeito que fosse, já havia attingido a um grau sufficiente para entreter o germen de um perenne antagonismo entre as tendencias autonomistas e as aspirações de unidade politica.

A nossa historia se desenvolve, como muito bem observa João Ribeiro, na alternativa preponderancia, secularmente periodica, de uma e outra d'essas duas correntes, que, se modificando no correr do tempo, prepararam a formação nacional.

As expansões autonomistas, reagindo contra a compressão centralizadora, desde que desappareciam as determinantes de maior estreitamento dos laços de união, mantiveram o equilibrio dynamico da evolução brazileira.

Foi por isso que a centralização, iniciada pela creação do governo geral e fortalecida, no seculo XVII, pelas contingencias da guerra hollandeza, longe de se incrementar, progressivamente se afrouxa no seculo XVIII, ao despertar o espirito das capitanias, sob o estimulo da exploração mineira.

Foi por isso que esse renascimento das tendencias autonomistas, orientando as aspirações da nacionalidade nascente para a separação politica da metropole, só arrefeceu transitoriamente no seculo XIX, quando a independencia exigiu a unidade, para recrudescer logo depois, até a conquista da federação.

* * *

Si a administração do Brazil offereceu serias difficuldades á corôa portugueza, ao ponto de obrigal-a á volta ao feudalismo pela creação das capitanias, menor embaraço não lhe causou o problema do povoamento da colonia.

Não bastavam os aventureiros e degredados que a metropole podia exportar; foi preciso addicionar-lhes o concurso da corrente africana escravisada, — o verdadeiro elemento creador de nosso paiz, — ao qual se juntou, em muito menor escala, a contribuição fornecida pela população indigena.

Cruzaram-se, assim, os representantes extremos da differenciação ethnica, aproximando-se os graus mais afastados da evolução humana: — o selvicola, da raça amarella, antropophago, ainda não chegado ao estado social que permittio instituir a escravidão militar do vencido; o negro africano, já sahido da antropophagia para aquella phase de progresso, e o portuguez, latino, no mais alto estadio da civilisação européa no inicio da edade moderna.

Mestiçagem complexa, originada dessa liga ternaria, o nosso povo até hoje ainda não se caldeou em um typo ethnico definido.

Para isso contribuiram o numero e a qualidade dos elementos da mistura e a variabilidade de seu titulo, sempre alterado pela influencia das

continuas correntes da immigração branca e do trafico africano.

Aggravando todas essas circumstancias, a desegual distribuição das tres raças sobre o extenso territorio favoreceu a formação de varios typos de mestiçagem, cada vez mais differenciados sob a influencia das condições physicas das regiões em que se localizaram.

Essas variações ethnicas não prejudicaram, unicamente, a formação de um typo brazileiro homogeneo; coincidindo com antagonismos economicos, ellas estimularam rivalidades regionaes, compromettendo o espirito de solidariedade da colonia.

E' esta a genese da divisão ainda existente entre as populações do norte e do sul do paiz, a qual só não assumio maiores proporções graças ás favoraveis circumstancias que presidiram á nossa formação social, longe das influencias retrogradas das classes dirigentes do feudalismo, e sob o influxo de uma unidade religiosa que evitou os inconvenientes das emancipações theologicas incompletas e anarchisadas.

* * *

A colonização brazileira irradiando-se de dois fòcos, situados um ao norte e outro ao sul, determinou a formação dos dois centros distinctos que dirigiram a evolução politica de nossa nacionalidade. A acção do centro meridional ou paulista, se desenvolveu pelo interior do paiz até á bacia amazonica, e formou o grande emporio commercial onde deveria se assentar a futura capital do imperio; o centro septentrional, localizado, a principio, no nucleo bahiano, deslocou-se, posteriormente, para Pernambuco, extendendo a sua influencia do São Francisco ás divisas orientaes da bacia do Parnahyba.

O dominio hespanhol facilitando a marcha das «bandeiras» alem da divisa de Tordezillas e fornecendo pretexto á aggressão hollandeza, indirectamente favoreceu ao duplo desenvolvimento desses centros; sua acção, porem, se distingue, desde o inicio, por caracteristicas proprias, que annunciam a diversidade de tendencias entre os movimentos politicos do norte e do sul, fazendo prever o particularismo daquelles e o caracter de generalidade destes.

E' assim que, emquanto o centro paulista affirma a sua aptidão expansiva na actividade conquistadora dos «bandeirantes», a feição peculiar do centro pernambucano se define na resistencia defensiva do proprio territorio.

No correr do tempo progressivamente se accentua essa differenciação, mesmo quando a analogia de circumstancias empresta um caracter commum aos movimentos originados de um e outro centro.

N'elles se processa de modo diverso até o proprio sentimento nativista, que explode ao norte, na guerra dos Mascates, estimulado por um antagonismo de interesses entre productores e commerciantes, offerecendo um aspecto particular do conflicto entre o capital e o trabalho, emquanto que, ao sul, a rivalidade entre paulistas e emboabas assume a feição typica das luctas decisivas para a conquista do predominio politico.

Falta á agitação pernambucana esse objectivo amplo da contenda em que se decidio a sorte da região das Minas.

Embora revelando um espirito revolucionario mais organizado, a guerra Mascate tem o cunho das competições regionaes, fadadas á esterilidade e á limitação geographica.

Foi esse, ainda, o motivo por que se frustraram os esforços da revolução de 1817, tambem restricta á zona da influencia pernambucana.

Movimento originariamente militar, — em que as aspirações emancipadoras e republicanas, despertadas desde a Inconfidencia mineira, buscaram apoio em rivalidades de caserna, - - tinha elle o insuccesso prefixado pela sua genese sobejamente definida no açodado galardão das tropas que o promoveram.

O fracasso do movimento de 1817, exgottando as forças revolucionarias do centro nortista, o constrangeo á temporaria renuncia de quaesquer tentativas autonomistas, e permittio a sua subordinação á influencia meridional para a consummação da Independencia.

Decidio-se, assim, a contenda secular entre o norte e o sul, pela affirmação da preponderancia d'este na direcção politica da nacionalidade, preponderancia consolidada, posteriormente, pelo mallogro da «Republica do Equador».

* * *

Embora a revolução pernambucana de 1817, houvesse, de certa forma, facilitado indirectamente a acção politica que logrou realizar a independencia integral da colonia, é á Inconfidencia mineira que deve ser referida a origem do nosso movimento autonomista.

A significação dessa tentativa não pode ser apreciada no fracasso de seu resultado: ella tem o alto valor de um symptoma, revelando a influencia nos circulos mais intellectuaes de nossa terra, das ideas liberaes postas em fóco pela independencia dos Estados Unidos.

A emancipação politica do Brazil filia-se, d'esse modo, á mesma corrente reformadora que, surgindo com a revolução ingleza, e depois de presidir á independencia norte americana, vae reagir

sobre o continente europeo, onde, reunida á acção intellectual do seculo dezoito, derroca as velhas instituições, reconstituindo a ordem social sob um ponto de vista puramente humano.

Em nossa patria, como em França, a emancipação americana encontrou um meio culto, — sufficientemente trabalhado pelas ideas dos encyclopedistas, pelos principios de Rousseau e de Montesquieu, e pela critica demolidora de Voltaire, — no qual o seu exemplo poderia suscitar desejos de imitação.

Mas eram poucos, entre nós, os que haviam attingido a esse gráu de cultura mental ; a maioria do povo, extremamente atrazada, só alimentava as vagas aspirações de liberdade que as rivalidades nativistas tinham podido estimular.

Alem d'isso, a propria elite intellectual que acalentou as esperanças emancipadoras, não contava um só vulto capaz de realizal-as.

Aos inconfidentes faltavam as aptidões praticas de um estadista, e nem mesmo lhes sobrava a plena comprehensão do papel historico que representavam.

Teve-a, exactamente, o mais humilde d'entre elles, mas cuja elevação moral se revelou na altura do emprehendimento que a intelligencia de seus companheiros foi impotente para dirigir.

Tiradentes foi o unico a sentir que para a victoria das grandes causas não basta o devotamento do apostolo : — é preciso a abnegação do martyr.

Seu sacrificio isolado é o mais valioso testemunho do prematuro da tentativa : — as ideas liberaes do seculo já haviam se difundido em um circulo reduzido, mas o sentimento da liberdade só vibrara em toda a sua plenitude no coração de um homem.

A historia galardoou o heroismo de sua conducta e o serviço de seu exemplo fecundo, adju-

dicando-lhe todo o quinhão da gloria que seus companheiros não puderam conquistar.

* * *

Antes que o exemplo de Tiradentes fructificasse no sacrificio dos revolucionarios de 1817, a marcha das tropas de Junot sobre Lisboa veio determinar um brusco salto em nossa evolução politica.

Obrigada ao apressado abandono da peninsula Iberica, a monarchia portugueza foi constrangida a buscar asylo na colonia do Brazil, onde levantaria «a sua voz do seio do novo imperio que ia crear».

A primeira consequencia d'esse magno acontecimento já se havia esboçado ainda antes da familia real abandonar as aguas portuguezas.

Reza a tradição que na vespera da partida da frota em que se transplantaria a vetusta monarchia, o procurador da tutela britannica incluira a abertura dos nossos portos á Inglaterra, entre as condições do livre transito da familia real alem da linha de bloqueio do Tejo.

Fazia-se desnecessaria essa exigencia.

A impossibilidade de assegurar as communicações entre a nova séde da monarchia e a antiga metropole, obrigava ao levantamento do interdicto colonial que opprimia o Brazil.

O arbitrio dos governantes só se extendia da instituição de um entreposto unico para todo o commercio exterior de nossa terra, á franquia de todos os seus portos; do reconhecimento formal do protectorado britannico, pelo privilegio concedido exclusivamente á bandeira ingleza, até a plena affirmação da soberania portugueza pela equiparação de sua poderosa alliada ás demais potencias amigas

A clarividencia de Cayrú evitou mais um opprobio á malsinada casa bragantina, e assegurou a emancipação economica de nossa patria, inspirando a Carta Regia de 28 de Janeiro de 1808.

Desde então era fatal a marcha progressiva até a independencia politica da antiga colonia, assim accelerada graças á ambição imperialista de Bonaparte.

Não faltavam ao Brazil elementos necessarios á vida autonoma. A corte portugueza n'elle veio encontrar homens de merito, alem das avultadas riquezas naturaes, que desde muito alimentavam o antigo lustro portuguez, antepondo á sugeição politica da colonia, a effectiva dependencia economica da mãe patria.

Bastava o desafogo da industria, a libertação do commercio, o desenvolvimento da instrucção e um apparelhamento administrativo proprio, que incrementasse a actividade nacional, desembaraçando-a das peias de alem mar, para que se invertessem os papeis entre a metropole e a colonia.

* * *

Foi a obra politica do governo de D. João, que bem se apercebeu das necessidades impostas pela creação do novo imperio portuguez.

Seus actos, expedidos em complemento á abertura dos portos brazileiros, não se reduziram a providencias de ordem administrativa e economica; devemos-lhe creações dictadas por um verdadeiro espirito progressista, que deram impulso ao desenvolvimento intellectual do paiz, habilitando-o a adquirir a consciencia de si mesmo.

Nem sequer faltou á nacionalidade nascente o estimulo das glorias militares.

A guerra levada ás fronteiras extremas do paiz ampliou-lhe, embora transitoriamente, o territorio, augmentando-lhe o prestigio, que ainda mais se dilatou quando as contingencias diplomaticas do Congresso de Vienna obrigaram Portugal, para ser inscripto no rol das grandes potencias, a elevar o Brazil á cathegoria de reino.

Mas muito antes que se consummasse officialmente essa transformação, retardada pela lentidão do governo portuguez até a expedição da Carta de Lei de 16 de Dezembro de 1815, a realidade da situação existente era geralmente sentida; tanto no Brazil e em Portugal, como no extrangeiro, a verdadeira cathegoria politica de nossa patria se definia como a de effectiva metropole da coroa portugueza, o que suscitou a Tayllerand a suggestão de um reconhecimento formal, altamente conveniente aos seus interesses.

A acceitação desse conselho, pelo governo portuguez, não se inspirou sómente em razões de ordem internacional: o reino unido de Portugal, Brazil e Algarves se impunha tambem como solução de politica interna, num momento em que sendo impossivel a recolonização do Brazil, era mister evitar a degradação da antiga metropole.

Mas si essa solução tardiamente adoptada foi insufficiente para satisfazer as aspirações brazileiras, ainda menos bastou para dirimir as queixas de Portugal, que desde muito se considerava, não sem justos motivos, reduzido á situação de verdadeira colonia do Brazil, d'onde lhe vinham os alvarás e cartas regias por que se governava.

Prova-o eloquentemente o coincidir a revolução pernambucana de 1817, com os primordios do movimento constitucionalista pelo qual a antiga metropole procurou reivindicar seus privilegios.

E não ha incriminar por isso ao povo portuguez.

O reino unido só poderia se manter á custa da autonomia de um dos dois imperios, e sob a hegemonia do outro.

Pondo de parte as ficções do convencionalismo legal, a situação reciproca dos dois paizes se traçava entre os termos de um dilemma: Portugal colonia do Brazil, ou o Brazil colonia de Portugal.

Para os reinoes o problema assim encarado só offerecia duas soluções: a recolonização do Brazil, com a volta da monarchia á sua antiga séde, ou a renuncia da dynastia bragantina ao throno porguez, acarretando a completa separação politica das duas nacionalidades.

O rei não desconhecia as contingencias d'essa alternativa, quando deliberou o regresso da familia real a Lisboa, sob a pressão do movimento constitucionalista, porquanto o conselho de Villa Nova Portugal bem o avisara de que a sua decisão importaria na perda definitiva do reino que abandonasse.

Mas D. João preferio assegurar á sua dynastia os dois thronos da raça lusitana, e voltou á patria, onde o duque de Cadaval ameaçava o patrimonio politico da casa de Bragança.

* * *

A Revolução portugueza de 1820 foi uma reacção do constitucionalismo, consecutivo á queda do imperio napoleonico, sobre o sentimento nacional já exacerbado pela hegemonia brazileira.

E' por isso que o seu programma se desdobra entre a renovação dos velhos moldes da monarchia, e a reintegração da dignidade politica de sua primitiva séde, envolvendo o projecto da recolonização do Brazil.

Esse objectivo, entretanto, não foi desde logo percebido pela população brazileira, que recebeu

com applausos a noticia do movimento constitucionalista portuguez, sem comprehender que elle era, como diz Euclydes da Cunha, «menos a lucta por um principio que a revolta de uma nacionalidade illudida e sacrificada».

Favorecemos, pois, inconscientemente os interesses portuguezes, prestando mão forte aos sediciosos manejos das tropas lusitanas, até que a attitude das cortes de Lisboa não nos permittio mais nenhumas illusões.

A decretação de successivas medidas reaccionarias, visando o desmenbramento e a recolonização do Brazil, despertaram a consciencia nacional, demonstrando a necessidade da separação dos dois reinos.

A realidade da situação politica foi então plenamente comprehendida, entre nós, como já o fôra em Portugal.

Para nós, entretanto, a solução do problema não offerecia alternativas: — só havia a separação.

Cada vez mais se arraigou essa convicção nas differentes classes sociaes, não tardando que a força da opinião separatista se affirmasse decisivamente pela adhesão do principe real, sellada pela formal rebeldia do — «Fico».

A independencia politica do Brazil só esperava um homem que a dirigisse.

A José Bonifacio de Andrada e Silva, estava reservada essa ingente tarefa.

* * *

Nascera José Bonifacio na villa de Santos, na então capitania de S. Paulo, a 13 de Junho de 1763.

Até aos dezesete annos permaneceu elle em sua terra natal, onde o bispo D. Manoel da Res-

surreição dirigio a primeira phase de sua educação intellectual.

Não passaram despercebidos ao velho prelado os dotes e aptidões de seu discipulo, pelo que se empenhou em conquistal-o para o sacerdocio, no qual lhe augurava brilhante futuro. A sagacidade paterna, todavia, bem cedo aprehendeu a inaptidão do mancebo para a vida do presbyterio, preferindo envial-o para Coimbra, com escalas pelo Rio de Janeiro e Lisboa, afim de habilital-o á carreira juridica que se lhe afigurava mais propicia para a conquista dos altos postos da governação publica.

A vocação de José Bonifacio não tardou, entretanto, em se manifestar pelo estudo das sciencias naturaes, não podendo o seu largo espirito se confinar no arido formalismo das lettras juridicas, que se professavam na velha universidade coimbrã.

O joven estudante frequentou, pois, simultaneamente, as aulas dos cursos de leis e de philosophia, recebendo o grau de bacharel por uma e outra d'essas faculdades.

Ao deixar os bancos universitarios, os bons officios do duque de Lafões fazem admittir o novo bacharel como socio livre da Academia de Sciencias de Lisboa. A intercessão daquelle titular valeu-lhe ainda a designação do governo portuguez para fazer em Pariz «um curso de chimica e mineralogia docimastica», commissão tambem attribuida ás prudentes vistas do ministro Martinho de Mello, que receava o regresso do illustre brazileiro á sua patria, como um perigo para o dominio portuguez na colonia.

Em 1790 iniciou José Bonifacio a sua perigrinação scientifica, em companhia de Manoel Ferreira de Araujo Camara e Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira, seus antigos condiscipulos. Não

se limitou essa viagem ao termo que lhe fôra primitivamente traçado.

De Pariz, onde tiveram por mestres a Laivoisier, Chaptal, Fourcroy, Jussieu e Haüy, partem os viajantes para Freyberg, a receber a doutrinação de Werner e outros insignes professores daquelle reputado centro scientifico, e apenas concluidos os estudos academicos inicia José Bonifacio uma serie de excursões que deveriam se extender desde o extremo sul da Italia até a Noruega.

Palmilhando a Europa conflagrada pelas campanhas da ultima decada do seculo XVIII, a attenção de nosso preclaro patricio não se desviou das serenas investigações da sciencia. Foi então que elle se entregou ás profundas pesquizas, que lhe permittiram enriquecer o patrimonio scientifico com valiosas descobertas mineralogicas, grangeando merecida nomeada entre os primeiros naturalistas de seu tempo. Datam dessa epoca a sua famosa memoria sobre os diamantes do Brazil, e a descripção de novas especies mineraes, não d'antes determinadas.

Após dez annos de continuadas excursões, deixa José Bonifacio as minas da Noruega para regressar a Portugal — segundo a phrase de Latino Coelho: — «festejado por nacionaes como uma das suas glorias, saudado por extranhos como um consummado sabedor, inscripto nos seus catalogos pelas mais notaveis academias que o egualam na honra e veneração aos cultores mais eminentes da sciencia contemporanea».

Durante as duas decadas que passou em Portugal até ao seu regresso á terra natal em 1819, a actividade do eminente paulista se dividio entre as mais variadas funcções.

Confiou-lhe o governo portuguez a creação de uma cadeira de metallurgia na universidade de Coimbra e de um curso de docimasia na Casa da

Moeda de Lisboa, sendo tambem investido do exercicio cumulativo dos cargos de intendente geral das minas e metaes do Reino, de encarregado da direcção e administração das minas e fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e de desembargador daRelação do Porto.

Mais tarde novas incumbencias vêm se juntar a tantos encargos, — a superintendencia e direcção dos serviços de canalização do Mondego e das obras publicas de Coimbra, — trabalhos que só abandona quando a invasão franceza, em 1808, põe em armas estudantes e professores da velha universidade portugueza.

José Bonifacio estrea a nova carreira como major, e empenhando-se briosamente na resistencia ao inimigo, conquista o posto de tenente-coronel e commandante do destemido batalhão universitario.

A bravura de sua conducta valeu-lhe justo renome, de que elle proprio dá testemunho, em discurso historico que proferio como secretario da Academia de Lisboa.

Repellido o invasor, a energia que o soldado revelara foi posta em prova, no apaziguamento do espirito de revolta, no exercicio das arduas funcções de intendente de policia do Porto.

Pouco n'ellas se demora José Bonifacio, voltando ás lettras e sciencias, ás quaes consagra o resto de sua estada na Europa.

Até hoje se acham esparsas as suas producções, constando de preciosas memorias, insertas nos annaes de varias sociedades europeas, e de um valioso escripto em que o autor explanava a Historia Natural de Plinio.

Annunciado, embora, á Academia de Lisboa, nem um só fragmento desse escripto foi publicado, á falta, talvez, dos ultimos retoques ou de occasião mais opportuna.

Os trabalhos, porem, que vieram a lume, e os discursos por José Bonifacio pronunciados como secretario da Academia revelam de sobejo o pensador profundamente iniciado na sciencia do seu tempo, e o espirito adeantado, aberto a todas as grandes ideas.

N'elle tambem se divisa, a miudo, o acendrado amor da patria distante, e o exacto descortino de sua evolução politica.

Não se illudia José Bonifacio acerca da situação brazileira e da durabilidade da união entre os dois reinos lusitanos.

A necessidade da emancipação do Brazil se lhe afigurava impreterivel, como claramente o affirma em seu derradeiro discurso á Academia, ao «deixar o antigo que o adoptara por filho, para ir habitar — o novo Portugal, onde nascera».

«Consola-me igualmente, dizia o insigne brazileiro n'essa saudosa despedida, — a lembrança de que da vossa parte, pagueis a obrigação em que está todo o Portugal com sua filha emancipada, que precisa de pôr casa, repartindo com ella de vossas luzes, conselhos e instrucções».

Justificavam-se, assim, os temores de Martinho de Mello, renascidos na regencia de Portugal, quando esta oppoz embargos á ordem regia que chamava José Bonifacio ao Brazil, a fim de confiar-lhe o posto de ajudante do ministro assistente ao despacho real.

Regressa o illustre sabio á sua patria. Insistira o rei no seu proposito, dobrando-se a regencia á sua vontade. Egual conducta não teve José Bonifacio.

Instado por Villa Nova Portugal, seu particular amigo, para acceitar o cargo de seu ajudante, com que o rei queria distinguil-o, resistio a todas as ponderações, pedindo «que o deixassem ir

viver e morrer como simples roceiro no lugar em que nascera».

Não se realisaram os seus propositos. Eleito vice-presidente da junta governativa de São Paulo, foi por esta mandado ao Rio de Janeiro, para requerer a permanencia do principe regente no Brazil.

Uma semana após o «Fico», D. Pedro chamava-o ao governo, confiando-lhe a pasta dos negocios do Reino e Extrangeiros e a effectiva direcção politica do paiz.

* * *

A acção politica de José Bonifacio no governo, patentea integral comprehensão das condições politicas e sociaes que camplicavam o problema da emancipação brazileira.

Os motivos que impediam a união entre Portugal e o Brazil, não existiam em relação ás diversas provincias em que se dividia o nosso territorio.

Seria mesmo muito difficil, senão impossivel, assegurar a vida autonoma, se a antiga colonia se fragmentasse, pois, d'esta forma, se facilitaria até a tarefa de reconquista pela antiga metropole.

A independencia exigia, portanto, a unidade politica da America portugueza, desideratum, aliás, difficil de conseguir em razão das proprias condições da formação brazileira.

A permanencia da côrte portugueza no Rio de Janeiro não fôra sufficiente para erigir esta cidade em verdadeira capital do novo reino, e o exgottamento transitorio de Pernambuco, pelo insuccesso da revolução de 1817, não removera, totalmente, os impecilhos á preponderancia meridional na zona de influencia daquelle centro politico.

Alem d'isso, a vasta região que se extende desde o valle do Parnahyba até á bacia Amazonica, soffrera muito directamente a influencia colonizadora de Portugal, para que se associasse intimamente ao resto do Brazil, verdadeiramente brazileiro.

Era, pois, imminente, que a independencia, estimulando as antigas rivalidades entre os centros do norte e do sul, acarretasse a divisão do Brazil, pelo menos, em dois estados autonomos, e um Canadá septentrional conservando a subordinação á metropole.

Para assegurar a unidade do novo estado independente, era mister effectuar a emancipação, garantindo o mais possivel a continuidade das tradições politicas.

Essa condição foi satisfeita, por José Bonifacio, pela forma mais adequada, collocando o principe á testa do movimento separatista, o que motivou a adopção do regimen monarchico.

Outras razões, entretanto, tambem induziam, no momento, á preferencia d'esse sytema politico.

A forma republicana havia-se desacreditado em França, pelos desvios democraticos que tinham facilitado o despotismo sanguinario do «Terror», conduzindo á decadencia do «Directorio» e á tyrania militar do primeiro imperio.

Um quarto de seculo de agitações provocaram uma restauração conservadora, que se conciliou com as aspirações liberaes pela adopção de um systema politico inspirado na monarchia parlamentar ingleza. Era a volta aos primeiros dias da revolução franceza, quando a assembléa constituinte procurava harmonizar a liberdade com a realeza.

Foram essas as doutrinas dominantes na organização de todos os estados da America, onde, como salienta Teixeira Mendes, as republicas se

constituiram em monarchias sem rei, e o regimen adoptado, mesmo nos Estados Unidos, era «tão pouco republicano que se manteve a escravidão por um lado, e, por outro lado, a Familia ficou entregue á anarchia theologica, sem a minima consagração da patria, e a liberdade espiritual á mercê da intolerancia protestante».

A monarchia brazileira só assumio a feição typica da consagração da hereditariedade dynastica, porque possuiamos um principe.

Mas a regeição desse principio não basta, por si só, para caracterizar a verdadeira fórma republicana.

* * *

A solução adoptada por José Bonifacio para assegurar a unidade politica do Brazil, não deixava de apresentar algumas difficuldades.

A monarchia despertava manifestas repugnancias aos republicanos de Pernambuco, pelo que a conquista da adhesão d'essa provincia exigia cautelosa conducta na direcção do movimento emancipador.

Não o perceberam ou não quizeram comprehendel-o os adversarios de José Bonifacio. Descontentes com a supposta vacillação do Governo, não se satisfizeram elles com os primeiros actos preparatorios da independencia: — a chamada á capital dos procuradores das provincias, e a exigencia do «cumpra-se» do principe regente para a execução das leis portuguezas no Brazil.

Planejaram uma cerimonia apparatosa, afim de precipitar os acontecimentos, effectuada a 13 de Maio, dia em que José Clemente Pereira, «em nome do povo», offereceu a D. Pedro o titulo de «Protector e defensor perpetuo do Brazil».

Por esse tempo, Vasconcellos de Drummond, de concerto com José Bonifacio, alcançava a adhesão pernambucana, solemnemente pronunciada a 2 de Junho de 1822.

No dia seguinte ao d'esse acontecimento lavrava-se o verdadeiro acto de nossa emancipação: — o decreto mandando «convocar uma assembléa geral constituinte e legislativa, composta de deputados das provincias do Brazil».

A proclamação de 1 de Agosto, concitando á independencia, «do Amazonas ao Prata» veio ainda mais precisar-lhe o alcance.

Estava consummada a separação politica entre o Brazil e Portugal. Só lhe faltava a consagração de um episodio suggestivo.

E foi essa a verdadeira significação do 7 de Setembro.

* * *

Emancipado o Brazil, politicamente unido, era preciso unificar tambem o seu povo.

Dividia-o profunda diversidade de condições ethnicas e sociaes, separando-se os brancos dos negros, em senhores e escravos, e distanciando-se uns e outros do indigena pela longa estrada que este tinha a percorrer, da vida errante das florestas á civilisação do seculo das luzes.

Fazia-se mister, portanto, preparar a fusão das duas castas em que se repartia a população civilisada, pela extincção da escravidão africana, e promover a incorporação do selvicola á commuhão brazileira, por uma catechese racional.

José Bonifacio não desconheceu essa dupla necessidade, antes se propoz satisfazel-a, formulando dois admiraveis projectos que submetteu á Assembléa Constituinte.

Muito antes d'isso, porém, já o preoccupavam a catechese dos indios e a gradual extincção da escravatura, como o attestam os apontamentos que forneceu aos deputados paulistas ás Côrtes de Lisboa, e que são citados nas instrucções expedidas em 9 de Outubro de 1821 pela junta governativa de São Paulo.

Esse valioso documento, tambem redigido por José Bonifacio, chama a attenção dos deputados brazileiros «sobre dous objectos da maior importancia para a prosperidade e conservação do reino do Brazil . . . a catechisação e civilisação geral e progressiva dos indios bravos . . . e a melhora da sorte dos escravos, favorecendo a sua emancipação gradual e conversão de homens immoraes e brutos em cidadãos activos e virtuosos . . .»

Na «Representação á Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil, sobre a escravatura», e nos «Apontamentos para a civilisação dos Indios bravos do Imperio do Brazil», offerecidos á mesma Assembléa, José Bonifacio largamente desenvolve suas idéas sobre aquelles dois magnos problemas, idéas que as circumstancias politicas infelizmente não lhe permittiram realizar.

Para a civilisação dos selvicolas o atilado politico recommendava, em primeiro logar, «*justiça*, não esbulhando mais os Indios pela força, das terras que ainda lhes restão e de que são legitimos senhores . . .», e «*brandura, constancia e soffrimentos de nossa parte,* que nos cumpre como a usurpadores e christãos . . .»

A conveniencia do ponto de vista leigo foi tambem por elle accentuada, tanto quanto o permittia o respeito ás idéas da epoca, ao lembrar que «um dos melhores meios para attrahir os Indios bravos ao seio da Igreja é procurar ganhar-lhes a amizade e confiança, cuidando primeiro nos seus

bens temporaes e physicos, para depois os ir attrahindo á nossa Santa Fé com o andar do tempo.»

Corrobora ainda o mesmo ponto de vista a indicação do appello aos recursos scientificos, em vez de exclusivo emprego dos meios theologicos, e a precedencia conferida, no ensino religioso, aos «primeiros principios da moral Christã», exemplificados «o amor do proximo, a compaixão pelos males alheios e a caridade e beneficencia reciproca».

A representação sobre a escravatura, demonstra vistas egualmente adeantadas e generosas.

Todos os males que nos advieram do vergonhoso trafico de carne humana, a impossibilidade da constituição liberal de um paiz habitado por escravos, a necessidade de acabar com a heterogeneidade ethnica e social de nosso povo, tudo isso é admiravelmente tratado n'esse escripto magistral, talvez a obra que melhor revela o alto valor moral e alevantado espirito do notavel estadista.

* * *

A continuidade das tradições dynasticas pela elevação do principe regente ao throno imperial, não bastou para tirar ao movimento emancipador o caracter revolucionario.

A exaltação facciosa manifestada desde antes do «Fico», comprometteria a obra da independencia, si o estadista que dirigira a revolução fosse incapaz de dominal-a.

Foi a tarefa em que José Bonifacio affirmou a sua energica envergadura de homem de estado, sobrepondo as exigencias supremas da ordem as glorias ephemeras da popularidade.

As medidas mais radicaes foram por elle tomadas com rara firmeza, e quando o chefe do es-

tado, momentaneamente vacillante, propendeu para um mal entendido liberalismo, José Bonifacio abandonou o poder, preferindo a renuncia á transigencia.

Voltando ao governo, dois dias depois de havel-o deixado, o egregio ministro retomou a rota que se traçara.

Os mais notaveis agitadores da independencia são desterrados ou processados, — José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, Cunha Barbosa, Oyenhausen, Soares Lisboa e muitos outros, — e a propria Assembléa Constituinte é advertida de que a constituição só mereceria a acceitação imperial si fosse digna do Brazil e do Imperador.

Não valeu de muito essa advertencia. Em breve o demagogismo lavrava na Assembléa, insurgindo-a contra o governo, e á opposição parlamentar juntavam-se, em extranha alliança, as correntes oppostas da democracia nativista e do antigo partido portuguez, apoïados pelo prestigio aulico.

Subita enfermidade de D. Pedro, congregou os esforços d'esses elementos heterogeneos, em um mesmo devotamento cortezão.

E José Bonifacio deixou o ministerio, vencido pela intriga palaciana.

Abre-se então para o venerando patriarcha o periodo mais confusamente apreciado, de sua longa vida publica.

Envolvido na voragem em que se precipitou a constituinte, arrastada pela mascula energia de Martim Francisco e subjugada pela palavra eloquente de Antonio Carlos, José Bonifacio compartilhou o exilio de seus irmãos. Seus inimigos não procuraram comprovar-lhe a cumplicidade nos desvios fraternos, mas a historia para pronunciar a iniquidade de seu desterro não carece de arrolar testemunhos e pesquizar documentos.

Basta o eloquente arrependimento do soberano que o sacrificara, e que na hora extrema da abdicação confiou-lhe a tutela de seus filhos.

* * *

Cinco annos passou em França o patriarcha, desafogando as saudades do exilio em sentidas poesias, emquanto que, para sustentar a familia, se desfazia das suas preciosas, das suas queridas collecções mineralogicas!

O governo imperial julgara necessario tão longo desterro, prohibindo formalmente o seu regresso á patria, já no começo de 1828.

A 23 de Julho do anno seguinte, porém, a galera «Phoenix» repatriava o exilado do «Luconia». Aguardava-o o imperador com manifestações de profunda ternura, no esforço de ostentar sincero arrependimento da sua inqualificavel conducta anterior.

Mas as desillusões do venerando ancião levaram-n'o a procurar discreto retiro, onde a abdicação o foi buscar para a tutela do novo imperante.

Amargas provações estavam ainda reservadas a José Bonifacio.

A regencia, nascida do prestigio militar, teve a combater, na indisciplina da tropa, o principal elemento da desordem que ameaçava a segurança do estado.

A revolta e a insubordinação se alastraram pelas provincias, aggravando a difficil situação creada pela lucta partidaria em que se dividiam os principaes dirigentes da politica.

Emquanto os «moderados» dirigidos por Evaristo da Veiga, pugnavam pela ordem com a sustentação da regencia, e os «exaltados» incitavam a sedição sob o pretexto de assegurar o progresso, os homens mais eminentes da epoca, entre os

quaes se destacavam José Bonifacio e Cayrú, só enxergavam o salvamento na restauração do passado.

Diogo Feijó, á testa do ministerio da Justiça, em pouco mais de um anno de governo conteve a desordem revolucionaria, firmando a autoridade civil.

A' sua inflexibilidade devemos a salvação do Brazil no mais calamitoso periodo de nossa vida politica.

Mas a energia do futuro regente não havia logrado o restabelecimento definitivo da ordem.

Exaltados e restauradores successivamente se agitavam, até que aquelles em violento desforço contra estes, promovem desordens e assaltos a sociedades e jornaes, coroando suas façanhas a 15 de Dezembro de 1833, por uma marcha ao palacio imperial, onde prendem a José Bonifacio, que é enviado em custodia para a ilha de Paquetá.

Destituido da tutela do joven soberano, foi o patriarcha da independencia processado e julgado como conspirador.

Absolveram-n'o.

E na mesma ilha de Paquetá que já lhe servira de prisão, vae passar os seus ultimos annos na paz e no esquecimento dos contemporaneos.

Os derradeiros dias correram-lhe na cidade de Nictheroy, onde falleceu a 6 de Abril de 1838, contando setenta e cinco annos incompletos.

* * *

Assim, na maior modestia, findou a gloriosa existencia do sabio illustre, a quem devemos a emancipação brazileira.

Uma idea principal dirigio toda a sua acção politica: — a unidade de nossa patria. Adeantou-se sobre a sua epoca, sentindo a necessidade de fundir raças e castas, de «combinar sabiamente

tantos elementos discordes e contrarios», e de «*amalgamar* tantos metaes diversos» para que nascesse «um todo homogeneo e compacto» que se não esfarelasse «ao pequeno toque de qualquer nova convulsão politica».

Para José Bonifacio a independencia não se resumia na quebra dos laços que nos prendiam a Portugal; era preciso cuidar da formação de uma nacionalidade capaz de arcar com as responsabilidades da vida autonoma e não destinada á involução ao protectorado extrangeiro.

D'ahi o pugnar o nobre ministro pela unificação politica do Brazil, visando, apenas, afastar o perigo do enfraquecimento e da decadencia, sem que o animassem intuitos retrogrados e imperialistas.

Sua elevada intelligencia e larga cultura permittiram-lhe exacta apreciação do problema brazileiro, e si entre os seus adversarios e successores um só houvesse em condições de comprehendel-o, a escravidão teria desapparecido de nosso paiz muito antes do 13 de Maio e a missão de Rondon não seria retardada até o seculo vinte.

Todo devotado ao bem publico com ardoroso enthusiasmo, que os annos não arrefeceram, desinteressado de riquezas e desapegado de honrarias, constitue José Bonifacio precioso exemplo para os dirigentes de nossa terra.

E' o vulto magno que domina a nossa historia, realizando as aspirações do passado e indicando a rota do futuro.

E' o estadista completo no qual se reuniram o sabio e o politico, o poeta e o philosopho, e cuja acção sempre inspirada por elevado sentimento, foi dirigida por pensamento esclarecido e profundo.

Orgulhemo-nos de apresental-o á admiração das gerações vindouras como o homem eminente em quem o valor de nossa raça se affirmou na gloria do genio e da virtude.

NOTAS

I

« Foi sómente pela força das circumstancias, . . . que os navegantes mercadores se tornaram colonizadores. »

(Pag. 7)

Nenhum dos motivos que podem dictar uma expansão colonial presidio ás descobertas portuguezas. Nada obrigava ao exodo das populações em busca de nova patria, nem, tão pouco, a capacidade industrial da nação era de molde a exigir a procura de longinquos mercados para o escoamento de seus productos ou para a acquisição de materias primas.

Portugal visava, unicamente, constituir-se em entreposto commercial das especiarias asiaticas, contentando-se com os lucros de intermediario entre os productores do oriente e os consumidores do occidente.

Para garantir o resultado dessa empreza era preciso assegurar o monopolio do commercio das descobertas.

Esse objectivo poderia ser alcançado na India pela simples dominação militar, pois a sujeição dos principes indianos garantiria o monopolio dos productos da industria de seus subditos ao mercadores portuguezes.

Outro tanto era impossivel no Brazil, onde não existia industria organizada cujos productos pudessem ser mercadejados com os naturaes.

A exploração das riquezas da vasta conquista americana exigia a sua colonização.

Foi por isso que como observa Leroy-Beaulieu (De la colonisation chez les peuples modernes, 3ª. e d. pags. 42), as possessões portuguezas, « com excepção do Brazil, cuja colonização foi relativamente tardia, não foram verdadeiras colonias no sentido estreito da palavra », constituindo antes « uma cadeia de entrepostos e de pontos de abastecimento, defendidos por fortalezas ».

II

« ... perturbada por condições politicas desfavoraveis... »

(Pag. 7)

Desde o seu inicio, até o fim da primeira metade do seculo 17, a colonização do Brazil foi perturbada pelas luctas contra os francezes e hollandezes que seriamente ameaçavam o monopolio portuguez.

Alem dessa circumstancia, a crise dynastica, consequente ao desástre de Alcacer-Kibir e que acarretou o dominio hespanhol, veio aggravar ainda mais as condições politicas da nação portugueza na mais delicada phase da organização colonial de suas possessões.

III

« ... contrariando as tendencias naturaes do povo e excedendo ás capacidades da nação portugueza... »

(Pag. 7)

O povo portuguez, aventureiro e ambicioso, sempre foi naturalmente animado do espirito mercantil, mas pouco propenso á actividade industrial.

Falta á gente lusitana o gosto e o engenho necessarios á industria, capitulo em que a sua historia é pobre de testemunhos de capacidade inventiva.

Era, portanto, natural que, colonizando para monopolizar, e monopolizando para mercadejar, os portuguezes só cuidassem da organização industrial da sua conquista americana na medida do indispensavel para se assegurarem os lucros de seu commercio.

Essa organização não podia deixar de ser imperfeita e acanhada. Sem recursos sufficientes, quer em homens, quer em capitaes, Portugal exgottou-se na colonização do Brazil, sem, todavia, dotal-o do apparelhamento necessario ao seu progresso.

Sem duvida devemos-lhe gratidão pelos esforços que despendeu para a nossa formação, mas não podemos tambem desconhecer que os intuitos estreitamente interesseiros de sua viciosa empreza colonial muito reduzem o merito do impensado sacrificio, e que á insuficiencia de sua aptidão colonizadora devemos a maior parte dos males que ainda hoje nos affligem.

IV

« Os graves inconvenientes politicos . . . fazem-se sentir até hoje... »

(Pag, 8)

O systema feudal de D. João III não só lançou o germen das oligarchias regionaes, subsistente até os nossos dias, como deu origem aos males decorrentes de uma imperfeita divisão territorial que infelizmente, não foi corrigida nem com a Independencia, nem com a Repuolica,

E' certo que a summaria e defeituosa delimitação das capitanias hereditarias não foi o factor unico de que se originou a absurda partilha do nosso paiz em irregular mosaico de grandes e pequenos estados, desegualmente aquinhoados em terras, riquezas naturaes e população.

Ella, porem, foi a base da nossa primitiva divisão territorial, cujos traços principaes ainda perduram, e como que servio de modelo á irregular repartição das terras posteriormente descobertas e exploradas.

Não vae exaggero em attribuir-se capital importancia politica e economica, para a vida da federação, ao caprichoso traçado das fronteiras interestaduaes.

D'elle se origina o contraste de estados ricos e pobres, poderosos e fracos, acarretando a forçada sujeição de uns e o despotico predominio de outros.

Foi d'ahi que nasceu o falseamento dos principios basicos da federação, preparando e estimulando a corrupção politica que menos se desenvolveu sob o regimen imperial sómente porque a centralização monarchica permittia ao poder central corrigir, até certo ponto, as desegualdades entre as forças politicas e os recursos economicos das diversas provincias.

V

« E' esta a genese da divisão ainda existente entre as populações do norte e do sul do paiz... »

(Pag. 10)

Não é difficil descobrir o motivo ethnico como elemento principal da diversidade de tendencias dos dois centros distinctos que dirigiram a evolução brazileira. O espirito aventureiro que animou as explorações paulistas, encontra explicação na mestiçagem em que o sangue amarello predominou sobre o negro no cruzamento com o branco, emquanto que a tenacidade, a resignação, o apego á terra e a grande capacidade affectiva das populações do norte, revelam as qualidades proprias da mistura em que sobrepuja o elemento africano.

Não foi obra do acaso esta desegual distribuição ethnica sobre o territorio brazileiro.

A maior facilidade de trafego directo dos veleiros entre a costa da Africa occidental portugueza e o littoral bahiano elevou a porcentagem da immigração negra no centro nortisra.

As condições [illegible] navegabilidade do Atlantico meridional influiram, pois, grandemente, na formação dos centros do norte e do sul, como determinaram a separação quasi completa, até a Independencia, entre as regiões submettidas á influencia desses centros e o extenso territorio que vae da foz do Parnahyba á bacia Amazonica.

Ligada directamente á metropole, com a qual se communicava mais facilmente que com o resto do paiz, por causa das difficuldades da navegação á vela, essa extensa região só se soldou verdadeiramente ao Brazil com a Independencia.

VI

« ...longe das influencias retrogradas das classes dirigentes do feudalismo... »

(Pag. 10)

Não se installou no Brazil a aristocracia feudal, a sua colonização tendo se alimentado nas camadas populares da nação lusitana. Fracassada a tentativa feudal de D. João III, a supremacia do poder real firmou-se no Brazil, como já se firmara na Europa, pela subordinação do pontificado á realeza.

A colonização do Brazil representa, aliás, o resultado de uma das mais typicas insurreições da realeza contra o papado.

Era, pois, natural que o sacerdocio catholico se limitasse, em nosso paiz, ao exercicio de suas funcções cultuaes, principalmente depois que as luctas entre os jesuitas e os colonos annullaram a força politica da Companhia de Jesus.

VII

« ... unidade religiosa que evitou os inconvenientes das emancipações theologicas incompletas e anarchisadas ... »

(Pag. 10)

Si foi lenta e incompleta a fusão das tres raças que se cruzaram sobre o nosso solo, outro tanto não se deu com a amalgama de seus credos religiosos.

Unia-os o traço commum de um culto fetichista, que permittio a facil constituição de uma unidade, sob o predominio do catholicismo romano, na qual se fundiram « as superstições medievas, o fetichismo indigena e o animismo africano».

Preservou-se, assim, a evolução brazileira das dissenções sectarias das differentes escolas reformistas, que se limitando a protestar contra as instituições theologicas, acceitaram seus principios fundamentaes, attribuindo á excellencia da doutrina christã resultados unicamente devidos á organização catholica.

A influencia protestante, em prejuizo da unidade nacional, não resultaria, sómente, da falta de uma verdadeira disciplina religiosa : ainda que lhe sobrasse esse requisito, a corrente reformista contribuindo para a confusão dos poderes temporal e espiritual, seria incapaz de assegurar a unidade que a organização catholica realizara no occidente, instituindo a separação entre aquelles poderes.

VIII

« ... determinou a formação dos dois centros distinctos que dirigiram a evolução politica de nossa nacionalidade.

(Pag. 10)

João Ribeiro, na introducção de sua bella obra sobre a historia de nossa patria, indicou cinco « cellulas fundamentaes que por multiplicação formaram todo o tecido do Brazil antigo : a de PERNAMBUCO, que gera os nucleos secundarios da Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, e a cujo influxo material sempre obedecem (na guerra dos *mascates*, 1710-12, na revolução de 1817, na confederação do Equador); a da BAHIA, que absorve Ilhéos e Porto Seguro, e gera Sergipe; a de SÃO PAULO, d'onde evolve todo o oeste, com os bandeirantes, Goyaz, Minas, Matto-Grosso; a do RIO, que pelo elemento official em lucta com os hespanhoes faz nascer, e já tarde, as capitanias do extremo sul; a do MARANHÃO ou PARÁ', que gera as unidades administrativas do extremo norte, e sempre viveu separado do Brazil e até pelos portuguezes lhe foi lembrado no tempo da independencia que poderia manter, como um dovo Canadá, o lealismo á corôa ».

Não existe antagonismo entre essa classificação e a proposição que formulei, pois que as cinco cellulas de que se formou o Brazil actual, não se constituiram em centros politicos directores da evolução de nossa nacionalidade.

O Maranhão não interveio na vida colonial do Brazil verdadeiramente brazileiro, ao qual só se ligou depois da independencia; o Rio de Janeiro sempre se manteve ligado pelo mesmo sentimento commum ao centro paulista de que se derivava e com o qual agio de concerto em todos os grandes movimentos politicos; a Bahia teve o seu papel politico adstricto ás condições de sua situação official, sobretudo depois que a expulsão dos hollandezes consolidou o prestigio pernambucano.

No Brazil brazileiro, que preparou a evolução da colonia ao imperio independente, só existiram, pois, dois verdadeiros centros directores : o do norte e o do sul.

IX

« ... fazendo prever o particularismo daquelles e o caracter de generalidade d'estes ».

(Pag. 11)

Os movimentos politicos do centro pernambucano patenteando sempre tendencias radicaes, emquanto que os do centro paulista se caracterizam pelo seu cunho moderado, parece terem perdido na extensão o que estes reduziram na intensidade,

Foi assim que o norte procurou realisar a independencia com a republica, embora á custa da unidade nacional e restringindo a sua acção a limitada zona do territorio da colonia, ao passo que o movimento emancipador meridional poude alcançar plena generalidade graças ao ponto de vista moderado que conciliou a independencia com a monarchia para garantir a unidade brazileira.

Não foi unicamente na realização da independencia e da republica que se evidenciou o particularismo dos movimentos do centro nortista, acarretando o fracasso das tentativas por elle dirigidas, e o caracter de generalidade dos do centro meridional, coroados de exito mercê dessa propria circumstancia; esses acontecimentos, porem, merecem destaque como exemplos typicos permittindo apreciar o facto geral que ficou assignalado.

X

« No correr do tempo progressivamente se accentua essa differenciação...»

(Pag. 11)

Refiro-me á differenciação das « caracteristicas proprias » de um e outro centro, caracteristicas inicialmente definidas por manifestações da actividade conquistadora de um, o centro paulista, e da resistencia defensiva do outro, o centro pernambucano.

X I

« Falta á agitação pernambucana esse objectivo amplo... »

(Pag. 11)

A guerra dos *mascates* não se originou do desenvolvimento nativista orientado por um ideal politico.

Foi um gesto de reacção dos agricultores de Olinda contra os seus credores do Recife, que os opprimiam com as exigencias de abusiva usura.

A idéa autonomista n'elle só apparece, vaga e imprecisa, em uma pequena minoria que procurou propagar a idéa de uma especie de republica.

Dentro em pouco, porem, os dois grupos litigantes se esmeram em affirmar, cada qual, mais fervorosa lealdade á monarchia lusitana, perdendo assim a agitação todo o caracter de objectivo politico.

X I I

« Foi esse, ainda, o motivo porque se frustraram os esforços da revolução de 1817... »

(Pag. 11)

Os republicanos de 1817 não visavam a emancipação politica do Brazil unido e sim a desaggregação e independencia do nordeste. Foi por isso que as cogitações dos revolucionarios não se estenderam ao sul da Bahia nem alem do Ceará, limitando-se, assim, á zona da influencia pernambucana. Faltavam-lhe, aliás, os elementos para dirigir um movimento politico que se alastrasse do sul ao extremo norte do paiz, condição sem a qual seria muito difficil, sinão impossivel, a victoria de qualquer tentativa emancipadora.

X I I I

« ... tinha elle o insuccesso prefixado pela sua genese... »

(Pag. 12)

Muita gente ainda acredita na efficacia das sedições militares como meio habil para effectuar transformações politicas.

Ha mesmo quem julgue fadadas ao mallogro as revoluções que se não apoiarem em uma revolta de quarteis.

Parece-me bem pouco fundada essa crença, pois, sem buscar os motivos e contentando-nos com os factos, é bem diversa a lição que a historia nos offerece.

A grande revolução de 1789 não se originou nem teve apoio em sedição militar ; contra os desejos do exercito francez foi feita a restauração dos Bourbons em 1814 ; sem a sua iniciativa foram estes de novo depostos em 1830 para se fundar a monarchia de Julho que, por sua vez, foi destruida, pelos esforços da população civil sem a collaboração da tropa.

E' verdade que algumas vezes os movimentos politicos se processam com o auxilio effectivo do elemento militar que toma a sua direcção ostensiva.

Nesses casos, porem, não é uma sedição militar que provoca uma revolução, e sim uma revolução que se extendendo até a tropa, explode em suas fileiras e se propaga rapidamente, graças aos recursos de acção de que pode dispor a força armada.

Foi o que se deu em França, em 18 de Brumario, quando a incapacidade politica do Directorio suscitava o vivo desejo de um governo forte ; foi o que se deu entre nós, em 15 de Novembro de 1889, quando a decomposição da monarchia desde muito reclamava a implantação da republica.

XIV

«... pela affirmação da preponderancia d'este na direcção politica da nacionalidade...»

(Pag. 12)

Não foi sómente pela direcção da independencia e pela jugulação do movimento separatista de 1824 que se affirmou a preponderancia meridional na direcção politica do Brazil.

O resultado do memoravel pleito, travado em 7 de Abril de 1835, para eleição do regente do Imperio, entre Diogo Antonio Feijó e Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, é de valor não menos significativo.

A victoria do candidato paulista sobre o seu competidor pernambucano, por uma votação de 2.828 votos contra 2.251, demonstra não só a maior força das provincias subordinadas ao centro meridional, como a expansão da influencia politica do sul ás provincias do extremo norte.

E' o que se verifica pelo exame da distribuição das votações obtidas pelos dois candidatos nas differentes provincias, distribuição que se encontra no «Estudo», de Eugenio Egas, sobre «Diogo Feijó» (São Paulo—1912).

Com effeito, si circumstancias politicas accidentaes reduziam a votação de Feijó nas provincias maritimas do sul, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, todavia alcançou elle uma maioria de 139 votos, n'um total de 1345, obtendo o seu competidor a victoria só no Rio de Janeiro e em Santa Catharina:

Provincias	*Feijó*	*Hollanda*
Espirito Santo	32	29
Rio de Janeiro	257	277
São Paulo	268	190
Santa Catharina	49	58
Rio Grande do Sul	136	49
	742	603

Nas provincias do centro foi estrondosa a victoria de Feijó:

Provincias	*Feijó*	*Hollanda*
Minas Geraes	976	95
Matto Grosso	34	3
Goyaz	129	5
	1139	103

Mesmo na zona da influencia pernambucana alcançou Feijó a victoria em duas provincias, Rio Grande do Norte e Ceará, tendo obtido uma votação total de 830, quando o seu competidor só reunia 706 votos nas provincias do sul, maritimas e centraes:

Provincias	*Feijó*	*Hollanda*
Bahia	229	435
Sergipe	15	288
Alagoas	97	161
Pernambuco	179	354
Parahyba	32	155
Rio Grande do Norte	66	27
Ceará	212	125
	830	1.545

Nas provincias do extremo norte não obteve Hollanda um só voto:

Provincias	*Feijó*	*Hollanda*
Piauhy.....	17	0
Maranhão.....	92	0
Pará.....	8	0
	117	0

Desde a regencia de Feijó até hoje a supremacia politica do sul tem se feito sentir na solução de todos os nossos grandes problemas nacionaes.

Foi assim que a maioridade consummou-se revolucionariamente, assignalando um renascimento andradista, embora ephemero; a politica do Imperio no Rio da Prata, de que aliás se originaram as mais tristes paginas de nossa historia, não se inspirou em motivos de interesse das provincias do norte; a emancipação dos escravos só se realizou quando a immigração europea assegurou a organização do trabalho nas provincias do sul; a republica, finalmente, fundou-se sob o influxo meridional, representado no governo revolucionario por seis d'entre os oito membros que o constituiam.

No governo republicano constitucional se manteve a preponderancia politica do sul sobre o norte.

Excluidos Deodoro e Floriano, levados ao poder por circumstancias excepcionaes, todos os presidentes da Republica têm sahido dos estados do sul, e sómente tres vice-presidentes (Manoel Victorino, Rosa e Silva e Urbano Santos) vieram dos estados do norte.

XV

«A emancipação politica do Brazil filia-se, desse modo, á mesma corrente reformadora...»

(Pag. 12)

Formadas por homens que abandonaram a patria para fugir ás perseguições religiosas, animados de um vivo sentimento de liberdade, — pelo mesmo sentimento que dirigiu a revolução ingleza de 1648, — as colonias britannicas da America sempre conservaram, praticamente, a sua liberdade, a despeito da pretenção oppressora da metropole.

«Emquanto essa pretenção», diz Nolte, em sua Historia dos Estados Unidos da America, «se manteve theorica, o conflicto foi retardado», mas no dia em que o governo inglez quiz pôr em pratica a arbitraria dominação de suas colonias, estas resistiram, iniciando-se a lucta cujo epilogo foi a independencia dos Estados Unidos.

Eis porque esse acontecimento deve ser considerado como presidido pela mesma corrente reformadora que surgiu com a revolução ingleza, cujas figuras de mais destaque, como Pym, Hampden e Cromwell, só não emigraram para as colonias da America em virtude de uma ordem real que prohibio taes emigrações.

Não se póde tambem contestar os estreitos laços que approximam a revolução de 1789 da revolução ingleza de 1648, patenteando o influxo deste acontecimento no desfecho daquella crise.

Mesmo pondo de parte as influencias indirectas, exercidas pela repercussão da independencia americana em França, é forçoso reconhecer que a revolução ingleza, ferindo de frente o principio da inviolabilidade real e firmando o da soberania da nação, directamente preparou a obra dos revolucionarios do seculo dezoito.

O exemplo do Parlamento, mandando levantar o cadafalso de Withe-Hall, decidio o voto da Convenção que enviou Luiz XVI á guilhotina da Praça da Revolução; foi ainda o exemplo do terror pintado pelos commentadores do Apocalypse que estimulou a exaltação mystica dos ardentes devotos do Contracto Social».

Certo, os dois grandes movimentos dos seculos 17 e 18 apresentam profundas differenças entre si; ellas, porém, longe de negar a influencia do

primeiro sobre o segundo, eloquentemente a affirmam, salientando o caracter de sequencia das duas crises.

Com effeito, a revolução do seculo 17 não é mais do que o aspecto politico da reforma religiosa em sua phase final, preparando a reforma politica que se inicia no seculo 18 sob a feição de uma revolução philosophica.

XVI

«...e nem mesmo lhes sobrava a plena comprehensão do papel historico que representavam».

(Pag. 13)

Prova eloquente da verdade deste conceito é a scena que se passou entre os conjurados, em 19 de abril de 1792, logo após a intimação da sentença pela qual eram todos condemnados á pena ultima.

Quatro horas passaram elles a «se accusarem mutuamente», sendo que «cada um fazia imputar a sua infelicidade ao excessivo depoimento do outro», e quando lhes foi annunciada a clemencia real, que a todos, excepto a Tiradentes, salvava a vida, «foram grandes os extremos da alegria».

Della tambem compartilhou Tiradentes que se declarou jubiloso por morrer sem "levar após si tantos infelizes que desencaminhara".

E' que o seu espirito clarividente e forte entrevia a posteridade, e, embora desconhecendo as palavras, sentia a profunda verdade formulada por Juvenal:

Et propter vitam, vivendi perdere causas.

XVII

«...quando as contingencias diplomaticas do Congresso de Vienna...».

(Pag. 16)

Diz Mello Moraes (Historia do Brazil — Reino e Brazil — Imperio, pags. 205) que as pequenas potencias, em cujo numero se contava Portugal, não tendo direito de discussão nos negocios geraes do Congresso de Vienna, o que não convinha a Tayllerand, «aconselhou (este) ao conde de Palmella, embaixador portuguez, a medida de elevar-se incontinenti o Brazil a reino, para por este meio collocar Portugal entre as potencias de primeira ordem».

Accrescenta o mesmo autor que os plenipotenciarios portuguezes acceitaram o conselho, transmittindo a idéa para o Rio de Janeiro.

Oliveira Lima (Dom João VI no Brazil, 1º vol. pags. 519) confirma achar-se o facto por essa fórma consignado na correspondencia reservada dos plenipotenciarios portuguezes no Congresso de Vienna, (officio n. 12 de 25 de Janeiro de 1815) e a carta regia de 16 de Dezembro de 1815, pela qual foi o Brazil elevado a Reino, declara que nesta graduação os dominios do Brazil já haviam sido «considerados pelos plenipotenciarios das potencias que formarão o Congresso de Vienna, assim no tratado de alliança concluido aos 8 de abril do corrente anno, como no tratado final do mesmo congresso».

XVIII

«...com os primordios do movimento constitucionalista...»

(Pag. 16)

Refiro-me á conjuração de Lisboa, de 1817, movimento que planejava depôr Beresford e fazer regressar o Rei, que se pretendia acclamar como rei constitucional.

Esse movimento, attribuido á maçonaria, foi denunciado ao marechal Beresford, sendo que «tanto o habil general Gomes Freire de Andrada com

outros conspiradores foram levados ao patibulo, antes que ao proprio rei fosse a sentença submettida».

(Historia da Independencia do Brazil, por F. A. de Varnhagem, pag. 32).

XVIII

«...o conselho de Villa Nova Portugal bem o avisára...»

(Pag. 17)

E' o que affirma Mello Moraes (Historia do Brazil — Reino e Brazil — Imperio, pags. 193):

> «Por occasião da acclamação (de D. João VI) fallou claramente (Thomaz Antonio da Villa Nova Portugal) ao seu rei e ao seu amigo, mostrando que a união do Brazil com Portugal não podia durar muito tempo, ... que se Sua Magestade tinha saudades do berço de seus avós, regressasse a Portugal; mas se queria ter a gloria de fundar um grande e poderoso Imperio, e fazer da nação portugueza uma das maiores potencias do globo, ficasse no Brazil, e accrescentou: «Aonde Vossa Magestade ficar é seu; a outra parte ha de perder». O rei respondeu: «Perca-se Portugal».

O testemunho de Mello Moraes não póde ser considerado de pouco valor sobre o caso, attendendo-se a que esse escriptor privou e dispoz do archivo de Vasconcellos de Drummond, antigo secretario do gabinete de Thomaz Antonio, com quem ainda conviveu em Lisboa, quando representou o Brazil junto ao governo portuguez, na ultima phase da vida do antigo ministro de D. João VI.

XIX

"...onde o duque de Cadaval ameaçava o patrimonio politico da casa de Bragança..."

(Pag. 17)

Sobre os projectos de usurpação da corôa portugueza, pelo Duque de Cadaval, tambem descendente, como os Braganças, do Condestavel Nunalvares, poderá o leitor consultar Mello Moraes (Brazil — Reino e Brazil — Imperio, t. I. pags. 203) e Oliveira Lima (D. João VI, pags, 945 a 948). N'essa obra (pags. 949 e 950) em commentario aos motivos que teriam animado as aspirações da casa de Cadaval, são citadas publicações de 1818, do «Investigador Portuguez» que se editava na Inglaterra, sustentando a «these de que aos portuguezes cabia o pleno direito de escolherem um soberano, estando vago o throno» pela permanencia da côrte no Brazil, o que, segundo um escripto do abbade Pradt, reduzira Portugal a colonia, transformando o Brazil em metropole.

XX

«...a força da opinião separatista se affirmasse decisivamente pela adhesão do principe real...»

(Pag. 18)

O «Fico» constitue uma affirmação da força da opinião separatista no meio brazileiro, porque elle foi o resultado da victoria da vontade de um povo sobre os desejos e aspirações pessoaes do seu governante.

Hoje não se pode pôr em duvida que a adhesão do principe regente á causa brazileira foi dictada pela pressão da opinião publica e pela força das

circumstancias. Si D. Pedro obedecesse unicamente aos seus impulsos teria abandonado o Brazil, pois que, como diz Varnhagen, elle «mostrava-se anciozo pela hora de poder regressar a Portugal», tendo mesmo supplicado calor samente esse regresso em carta que dirigio a seu pae em 21 de setembro de 1821. (Varnhagen. Hist. da Independencia, pag. 120). Nessa mesma carta declarou tambem o futuro primeiro imperador do Brazil que não levava a mal as ordens das Cortes de Lisboa para que as provincias directamente se communicassem com aquelle Congresso. Não desagradavam, pois, a D. Pedro as medidas pelas quaes se preparava a recolonização do Brazil pela sua desintegração em provincias directamente subordinadas á metropole.

XXI

«Nascera José Bonifacio... a 13 de Junho de 1763.»

(Pag. 18)

Sylvio Romero, na Historia da litteratura Brazileira, e Latino Coelho, na primeira das notas ao «Elogio historico de José Bonifacio de Andrada e Silva», indicam o 13 de Junho de 1765 como a data do nascimento de José Bonifacio. Sylvio Romero fundamenta essa asserção em uma passagem do proprio Jo é Bonifacio que, em seu livro de poesias, diz ter partido para Portugal em 1783, com 18 annos de edade.

Entretanto outros biographos, — em cujo numero deve ser contado o Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, autor de um artigo sob o titulo «A Familia Andrada», publicado no «Jornal do Commercio» em 7 de setembro de 1911, — mencionam a data de 13 de Junho de 1763, e não de 1765.

XXII

«... commissão tambem attribuida ás prudentes vistas do ministro Martinho de Mello...»

(Pag. 19)

Latino Coelho refere-se á commissão scientifica de José Bonifacio considerando-a devida á «efficaz recommendação do Duque de Lafões», mas Mello Moraes, em sua «Historia do Brazil-Reino e Brazil-Imperio» (t. I. pags. 193) diz que Martinho de Mello, ministro de D. Maria I, «não consentio que José Bonifacio voltasse para o Brazil senão depois de acabar os seus estudos em Coimbra, *receoso de que fosse fazer uma revolução*, e o mandou viajar e estudar á custa do Estado». (V. Nota XXX).

XXIII

«... onde tiveram por mestres a Lavoisier, Chaptal, Fourcroy, Jussieu e Haüy...»

(Pag. 20)

Os biographos de José Bonifacio, entre os quaes Latino Coelho, dão-n'o por discipulo de «Chaptal e Fourcroy, continuadores de Lavoisier», mas não o incluem entre os que directamente receberam licções do eminente fundador da chimica. P. Larousse, entretanto, no artigo «Andrada e Silva», do «Grand dictionnaire universel du XIX siècle», declara ter sido José Bonifacio discipulo de Lavoisier, durante a sua commissão de estudos, em Paris, nos annos de 1790 e 1791.

XXIV

« ... de Werner e outros insignes professores... »

(Pag. 20)

Em Freyberg, José Bonifacio teve por professores: Werner, de oryctognosia, geognosia e montanistica; Lempe, de mathematica pura e applicada, especialmente á theoria das machinas; Köhler, de direito e legislação das minas; Kotzsch, de ensaios chimicos dos mineraes; Freiesleben, de chimica pratica; Lampadius, de mettallurgia.

XXV

« ... a descripção de novas especies mineraes... »

(Pag. 20)

José Bonifacio descobriu e descreveu quatro novas especies mineraes, a *Petalite*, a *Spodumène*, posteriormente denominada *Triphane*, por Haüy, a *Scapolite* e a *Kryolithe*, uma quasi original, a *Ichthyophtalma*, e sete variedades; foram estas a *Wernerite*, variedade da *Scapolite*; a *Akanthikone*, variedade do *Epidoto*; a *Salite* e a *Coccolite*, variedades do *Pyroxène*, a *Indicolite*, variedade azul da *Turmalina*, considerada por Haüny como uma especie distincta; a *Abhrizite*, outra variedade da *Turmalina*, e a *Allochroite* variedade da *Granada*.

XXVI

« ... deixa José Bonifacio as minas da Noruega... »

(Pag. 20)

Escreveu Euclydes da Cunha que José Bonifacio, voltando a Portugal para crear a cadeira de mineralogia da Universidade de Coimbra, « deixara o posto de director das minas da Noruega » (« A' margem da Historia»— « Da independencia á Republica » — pag. 289).

Acredito ter laborado em equivoco o genial escriptor d' « Os Sertões » : José Bonifacio não dirigio as minas da Noruega, tendo recusado todos os cargos que lhe foram offerecidos por governos extrangeiros, durante a sua peregrinação scientifica, cargos entre os quaes se contava o de inspector das minas da Suecia. (Ved. o artigo « A familia Andrada », « Jornal do Commercio » de 7 de Setembro de 1911).

XXVII

« ... elle proprio da testemunha... »

(Pag. 21)

Em discurso historico que proferio como secretario da Academia de Lisboa, citado por Latino Coelho no « Elogio », do eminente estadista, assim se referio José Bonifacio á sua propria conducta, por occasião da invasão franceza :

> « Em tão arriscadas circumstancias mostrei, senhores, que o estudo das lettras não desponta as armas, nem embotou um momento aquella valentia, que sempre circulara em nossas veias, quer nascessemos áquem ou além do Atlantico. »

XXVIII

«... constando de preciosas memorias...»

(Pag. 21)

Entre essas memorias se destacam: *Sobre os diamantes do Brazil; Sobre as minas em Portugal; Sobre a nova mina da outra banda do Tejo; Sobre os veeiros e jazigos metalliferos de Traz-os-Montes; Viagem mineralogica pela provincia da Extremadura até Coimbra; Memoria sobre a minerographia da serra que decorre do monte de Santa Justa... até Santa Comba; Viagem geognostica aos montes Euganeos; Instrucções praticas e economicas para os mestres e feitores das minas de oiro de desmonte e lavagem no Brazil; Plantio dos novos bosques em Portugal.*

Além d'essas memorias devem ser citadas tres obras: um volume de versos — «*Poesias de Americo Elyseo*» — publicado em 1825, e duas memorias apresentadas á Assembléa Constituinte — «Apontamentos para a civilisação dos Indios bravos do Imperio do Brazil» — e — «Representação á Asssembléa Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil, sobre a escravatura».

XXIX

«...o acendrado amor da patria distante, e o exacto descortino de sua evolução politica...»

(Pag. 22)

Quem o diz é um portuguez, Latino Coelho (Elogio historico de Jose Bonifacio, pags. 36 e 37):

> «Queria finalmente libertar-se de todos os publicos officios e volver á patria americana, onde acaso podera lograr dias mais tranquillos.
>
> E não irá talvez muito distante da verdade o presuppor que a recente insurreição de Pernambuco, presagiando-lhe as politicas tormentas, que iam toldar o céo americano, lhe aguçava o desejo de achar-se no Brazil em razão accommodada aos seus patrioticos intentos.
>
> As aspirações separatistas apparecem reveladas nos discursos do academico em os tempos derradeiros da sua morada em Portugal.
>
> .....
>
> A emancipação da filha americana, até alli estreitamente recatada, pelo egoismo da metropole, é pois no conceito do sabio naturalista uma necessidade impreterivel.
>
> .....
>
> A peroração do seu discurso historico é o eloquente panegyrico da terra brazileira e a encarecida exposição dos attributos que a fazem merecedora de abrigar um povo do porvir.
>
> ....
>
> Punha depois em parallelo as condições politicas da colonia americana com as enraizadas e abusivas instituições da velha Europa. Ali nenhuma influencia theocratica poderia empecer ou amesquinhar a civilisação.»

Não me parecem, pois, justos os conceitos emittidos por Barbosa Lima em seu bello discurso — «Independencia e Republica» —, proferido no Instituto Historico e Geographico Brazileiro, em 6 de Março de 1917, — centenario da revolução pernambucana de 1817 —, o qual, depois de referir-se á conducta de José Bonifacio combatendo «os soldados de Napoleão quando invadiram Portugal, identificando-se com a causa da realeza» e de uma segunda vez apresental-o como «identificado com Portugal e com o seu governo», conclue:

> «Assim se identificara por muitos annos José Bonifacio com a administração e a politica da Patria Portugueza, para com a qual nutria os mesmos sentimentos de *loyalty*.

que o descendente de inglez, nascido na Australia, alimenta para com a metropole longinqua. Para elle, era o Brazil uma provincia portugueza, como o seria o Algarves ou o Minho, nada obstando a interposição vastissima do oceano que separava da remota circumscripção administrativa a séde do governo central. Seriam os seus sentimentos como os de um brazileiro de hoje, para quem o patriotismo não é forçoso que estivesse com os Matogrossenses ou Acreanos, que se quizerem emancipar, separando-se do Brazil.

Asssim se comprehende que pudesse hoje applaudir a repressão de um movimento de prematura independencia da sua provincia natal o Matogrossense que apoiasse o governo da União e com esta ficasse no esforço para impedir a mutilação da Grande Patria.

Acaso seria esta a orientação politica de José Bonifacio até 1821. Certo é, que, em 20 de Março de 1817,—no mesmo mez em que se proclamava a Republica Brazileira em Pernambuco, recitava José Bonifacio em sessão solemnissima da Academia Real de Lisboa o panegyrico de D. Maria I, sem embargo da politica despiedosa e retrograda que caracterizou o seu reinado, dolorosamente assignalado pela sentença da clementissima senhora, mandando esquartejar o immortal TIRADENTES, pregoeiro e martyr do ideal politico cinco annos depois desse elogio levado a effeito com mais feliz inconfidencia, pelo eloquente e fiel subdito de D. João VI.

Respirando em Paris, durante a excursão scientifica que fez nos annos de 1790 e 1791 o ambiente revolucionario em que desabava a sociedade feudal, ruiam os privilegios dynasticos, proclamava-se a egualdade perante a Lei, e por fim abolia-se a realeza, conservou-se José Bonifacio ao contrario de Arruda Camara, inaccessivel e insencivel, já não diremos ás seductoras declamações de Jean Jacques Rousseau, mas ás proprias doutrinas organicas de Diderot e Condorcet.

Regressou a Lisboa saturado de sabedoria cosmologica, tendo no seu activo tres ou quatro especies novas mineraes, e recomeçou a saborear as excellencias da realeza absoluta, impassivel e indifferente ao heroismo dos Pernambucanos, identificado com a politica do — «inclyto Bragança» — o senhor D. João VI.»

Não é cabivel o simile formulado pelo eminente parlamentar. José Bonifacio jamais applaudio nem poderia applaudir a repressão de um movimento revolucionario que visasse a independencia do Brazil.

O elogio funebre da rainha D. Maria I não pode ser interpretado como approvação do supplicio de Tiradentes, mesmo porque a responsabilidade daquella soberana na execução do heroico inconfidente está longe de attingir as proporções que lhe emprestam ainda hoje muitos escriptores.

Egualmente injusta é a insinuação do indifferentismo de José Bonifacio pela sorte dos revolucionarios de 1817, entre os quaes se achava Antonio Carlos, seu dilecto irmão, que com elle se correspondendo em data de 14 de Abril de 1817, dava conta da insurreição de 6 de Março e da parte que n'ella tomara. Aliás, não pode ser invocado como prova d'esse supposto indifferentismo o panegyrico de D. Maria I, pronunciado em Lisboa quatorze dias após aquelle levante, isto é, antes que d'elle tivesse conhecimento José Bonifacio.

Que o patriarcha de nossa independencia não se manteve inaccessivel e insencivel ás doutrinas organicas de Diderot e Condorcet, affirmam-n'o eloquentemente os seus escriptos sobre a civilisação dos indios, a abolição da escravatura e varios outros, e, mais do que quanto disse e escreveu, a sua conducta na direcção de nossa emancipação politica.

XXX

"...renascidos na regencia de Portugal quando esta oppôz embargos á ordem regia..."

(Pag. 22)

Diz Mello Moraes (ob. e log. cit.):

> "... resolveu-se que um brazileiro fosse nomeado ajudante do ministro assistente ao despacho, e que só depois de dar provas da sua fidelidade no exercicio deste novo emprego fosse elevado a ministro de estado em uma das repartições, para a qual se mostrasse mais habilitado. Thomaz Antonio escolheu para seu ajudante a José Bonifacio de Andrada e Silva, que se achava então em Coimbra, para onde expediu ordem (sem dizer para que) que fosse José Bonifacio enviado ao Rio de Janeiro.
>
> A regencia de Portugal não obedeceu a esta ordem; representou, e fundava a sua representação no perigo que lhe parecia devia correr a paz publica se José Bonifacio voltasse ao Brazil. Era isso uma tradição antiga, que datava de Martinho de Mello, ministro da Marinha e de Ultramar no reinado de D. Maria I, que a tinha calado no animo dos homens de Estado de Portugal.
>
> .....
>
> A regencia obedeceu á segunda ordem que foi expedida em termos terminantes, e José Bonifacio chegou ao Rio de Janeiro em 1819.»

Oliveira Lima tambem se refere ao projecto de associar José Bonifacio ao governo do reino, em passagem na qual allude ao conceito que Thomaz Antonio formava do merito ne nosso illustre patricio.
(D. João VI no Brazil, pags. 1060—1061.

XXXI

"...D. Pedro chamava-o ao governo..."

(Pag. 23)

José Bonifacio não assistiu ao "Fico"; nessa occasião se achava elle em viagem de São Paulo para o Rio de Janeiro, em deputação daquella provincia, de cuja junta governativa era vice-presidente, afim de pedir a permanencia de D. Pedro no Brazil.

"José Bonifacio, diz Mello Moraes, veiu por Santos correndo a costa em canôa de voga até Itaguahy, onde chegou no mesmo dia 16.

A Princeza Real, que se achava na fazenda de Santa Cruz, foi quem primeiro deu a noticia a José Bonifacio da sua nomeação de ministro".

O papel de D. Leopoldina não se limitou a uma simples participação. Segundo o testemunho de um jornal da epoca, "O Diario Fluminense", citado por A. R. Gomes de Castro em artigo sob o titulo "D. Leopoldina" publicado no "Jornal do Commercio" de 7 de setembro de 1911, devemos-lhe a entrada de José Bonifacio para o Conselho de Ministros da Regencia. Diz a local do "Diario Fluminense": "Vindo de S. Paulo para o Rio de Janeiro, e parando no Curato de Santa Cruz, José Bonifacio soube pela Princesa de sua nomeação para Ministro e declarou não acceitar; porém, a pedido dessa Senhora, resolveu o contrario."

Ao leitor que desejar esclarecimentos sobre o papel de D. Leopoldina por occasião a nossa independencia e sobre suas relações com José Bonifacio, será conveniente a leitura do citado artigo de Gomes de Castro, do qual são destacados os seguintes topicos:

«Os grandes acontecimentos politicos da epoca e a communidade de predilecções scientifico-litterarias não tardaram em estreitar intimas relações de amizade entre José Bonifacio e D. Leopoldina, logo após a chegada de ambos ao Brazil. A moça que alem mar, se tornara discipula enthusiasta de Humboldt, não podia ter deixado de admirar o sabio que, a par do seu solido e substancioso preparo scientifico, conhecia nada menos de onze linguas e fallava seis. Essa amizade foi de tal natureza que, mesmo no exilio do velho Patriarcha, a correspondencia entre elle e a Imperatriz só cessou com a morte d'esta.

«Essa Augusta Senhora, relata Drummond, até fallecer correspondeu-se com o veneravel ancião no exilio. José Bonifacio tinha-me na confidencia d'essa correspondencia, o que muito contribuio para augmentar e vigorar o respeito e a veneração que consagro á memoria da Augusta Imperatriz, não perdendo occasião de pagar, ás sublimes virtudes de que era ornada, este tributo da minha gratidão como bom Brazileiro».

Pois bem, hoje nós podemos affirmar de modo cathegorico, que, atravez da Princeza Regente, foi que se fez a conquista andradista do Principe Regente para a obra gloriosa da Independencia do Brazil, tal como foi feita, isto é, sem fragmentação da nossa unidade territorial, que José Bonifacio chamava a *famosa peça inteiriça de architectura social*».

Varios factos confirmam essa conclusão, desde a reunião do conselho de ministros que, sob a presidencia de D. Leopoldina, resolveu a independencia do Brazil, no Palacio de São Christovão, ás 11 e meia da manhã de 23 de Agosto de 1822, até o coincidir o desfavor de José Bonifacio com o prestigio da Marqueza de Santos, só terminando o seu exilio quando as segundas nupcias de D. Pedro definitivamente retiraram da scena essa senhora.

E' perfeitamente explicavel o conjuncto de felizes circumstancias que approximaram José Bonifacio de D. Leopoldina.

Diz Oliveira Lima (D. João VI. pags. 872) que por occasião da negociação do casamento do principe D. Pedro o Marquez de Marialva não titubiara em certificar a D. Leopoldina de que o seu futuro esposo era um fervente cultor dos estudos mineralogicos e botanicos a que ella especialmente se dedicava. Exultou a Priceza com essa nova e «logo fallou em carregar para o Rio uma collecção mineralogica e acclimar no Brazil differentes plantas europeas».

Não registrou a historia o desapontamento de D. Leopoldina ao apreciar os conhecimentos scientificos de seu esposo, mas deixou-nos nesse simples incidente a possivel explicação dos motivos que determinaram a sua intima approximação do patriarcha de nossa independencia.

XXXII

«...a verdadeira significação do 7 de Setembro.»

(Pag. 26)

Esse modo de considerar o 7 de Setembro não é positivamente uma novidade. João Ribeiro já o classificou como pertencente «á historia anecdotica do principe», escolhido para commemorar a independencia «á falta de outro que tenha exteriorilades mais significativas.»

E' tambem o pensar de Euclydes da Cunha que, como João Ribeiro, attribue-lhe a consagração historica á divisa — «Independencia ou morte» — naquelle dia instituida e na qual «a revolução teve afinal uma formula synthetica armada ao apercebimento imediato do povo, encantando-o pela nota romantica e teatral e, como tantas outras por egual detonantes, desferindo o surto da energia potencial das idéas.»

A independencia do Brazil estava consummada, de facto, desde 1 de Agosto, quando a proclamação do principe regente veio definir o alcance do decreto de 3 de Junho de 1822, que convocou a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa.

Qualquer d'essas datas é hi toricamente mais significativa que o 7 de Setembro, mas, mesmo quando se quizesse escolher outra assignalando phase mais decisiva do movimento emancipador, se impunha a preferencia pelo 23 de Agosto, dia em que, em reunião do ministerio, no Palacio de São Christovão, sob a presidencia da Princeza D. Leopoldina, na ausencia do principe regente, foi resolvida a independencia do Brazil, sendo expedidos, a D. Pedro, os despachos que motivaram o episodio do Ipyranga.

Convem accrescentar que sob o ponto de vista legal a data da independencia deveria ser transferida para 12 de Outubro, pois que, por um decreto desse dia foi determinado que se contasse, a partir d'elle, a era da independencia e do imperio.

Apezar d'isso, a bandeira brazileira só arvorada, pela primeira vez, nos navios de guerra e estabelecimentos publicos, em 10 de Novembro, e o escudo imperial teve a sua primeira estampa no n. 1137 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado em 14 de Novembro de 1822, isto é, 67 annos justos antes do dia em que pela ultima vez seria estampado.

XXXIII

«Esse valioso documento...»

(Pag 27)

As instrucções expedidas aos deputados paulistas ás Côrtes de Lisboa, em 9 de Outubro de 1821, pela Junta Governativa de São Paulo, da qual era vice-presidente José Bonifacio, constam de um preambulo e tres capitulos e se acham publicados na Historia do Brazil-Reino e Brazil-Imperio, de Mello Moraes, t. I. pags. 84 a 86.

XXXIV

«...escripto magistral, talvez a obra que melhor revela o alto valor moral e alevantado espirito do notavel estadista.»

(Pag. 28)

Os «Apontamentos para a civilisação dos Indios bravos do Imperio do Brazil» e a «Representação á Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do imperio do Brazil sobre a escravatura», acham-se reunidas em publicação official feita em 7 de Setembro de 1910, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, por occasião da inauguração do «Serviço de Protecção aos Indios e localisação de trabalhadores nacionaes.»

Da «Representação sobre a escravatura», destaco os seguintes topicos que podem dar uma idéa do valioso escripto:

«Mas como poderá haver huma Constituição liberal e duradoura em hum paiz continuamente habitado por huma multidão immensa de escravos brutaes e inimigos?

. . . . . .

He tempo pois, e mais que tempo, que acabemos com hum trafico tão barbaro e carniceiro; he tempo tambem que vamos acabando gradualmente até os ultimos vestigios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações huma Nação homogenea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitaveis e felizes. He da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade physica e civil; cuidemos desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrarios, e em *amalgamar* tantos metaes diversos, para que saia um *Todo* homogeneo e compacto, que se não esfarelle ao pequeno toque de qualquer nova convulsão politica.

. . . . . .

... Nação nenhuma talvez peccou mais contra a humanidade do que a Portugueza de que faziamos outr'ora parte. Andou sempre devastando não só as terras d'Africa e d'Asia, como dice Camões, mas igualmente as do nosso Paiz. Forão os Portuguezes os primeiros que, desde o tempo do Infante D. Henrique, fizerão hum ramo de commercio legal de prear homens livres e vendel-os como escravos nos mercados Europeos e Americanos.

. . . . . .

Que educação podem ter as familias, que se servem destes entes infelizes, sem honra nem religião? de escravas, que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo porem se compensa nesta vida; nós tyranisamos os escravos e os reduzimos a brutos animaes, e elles nos inoculão toda a sua immoralidade, e todos os seus vicios.

. . . . . .

Qual é a Religião que temos, apezar da belleza e santidade do Evangelho, que dizemos seguir? A nossa Religião he pela mór parte hum systema de superstições e de abusos anti-sociaes; o nosso Clero, em muita parte ignorante e corrompido, he o primeiro que se serve de escravos, e os accumula para enriquecer pelo commercio, e pela agricultura, e para formar, muitas vezes, das desgraçadas escravas um *Haren turco*.

. . . . . .

Riquezas e mais riquezas gritão os nossos pseudo-estadistas, os nossos compradores e vendedores de carne humana; os nossos sabujos Ecclesiasticos; os nossos Magistrados, se he que se pode dar um tão honroso titulo a almas, pela mór parte, venaes, que só empunhão a vara da Justiça, para opprimir desgraçados, que não podem satisfazer á sua cobiça ou melhorar a sua sorte.

. . . . . .

Senhores, quando me emprego nestas tristes considerações, quasi que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brazil hum dia regenerado e feliz, pois que se me antolha, que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brazil. O luxo e a corrupção nascerão entre nós antes da civilisação e da industria; e qual será a causa principal de um phenomeno tão espantoso? A escravidão, Senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os jornaes de seus escravos, vive na indolencia, e a indolencia traz todos os vicios apoz si. Diz porem a cobiça cega, que os escravos são precisos no Brazil, porque a gente delle he frouxa e preguiçosa. Mentem por certo.

. . . . . .

A Natureza próvida, e sabia em toda e qualquer parte do Globo dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum paiz necessita de braços extranhos e forçados para ser rico e cultivado.

Alem disto, a introducção de novos Africanos no Brazil não augmenta a nossa população e só serve de obstar á nossa industria.

. . . . . .

As artes não se melhorão: as machinas, que poupão braços, pela abundancia extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas.

. . . . . .

A lavoura do Brazil, feita por escravos boçaes e preguiçosos, não dá os lucros, com que homens ignorantes e fantasticos se illudem.

. . . . . .

Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos illudaes, Senhores, a propriedade foi sanccionada para bem de todos, e qual he o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturaes, e se tornar de *pessoa* a *cousa*, na phrase dos Jurisconsultos? Não he pois o direito de propriedade, que querem defender, he o direito da força, pois que o homem, não podendo ser cousa, não pode ser objecto de propriedade.

Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal de homens, que não pode ser prorriedade de ninguem, sem attacar os direitos da Providencia que fez os homens livres e não escravos; sem attacar a ordem moral das sociedades, que he a execução estricta de todos os deveres prescriptos pela Natureza, pela Religião e pela sãa Politica: ora, a execução de todas estas obrigações he o que constitue a virtude; e toda Legislação, e todo Governo (qualquer que seja a sua fórma) que a não tiver por base, he como a estatua de Nabucodonozor, que huma pedra desprendida da montanha derribou pelos pés; he um edificio fundado em area solta, que a mais pequena borrasca abate e desmorona.

.....

XXXV

«... José Bonifacio deixou o ministerio, vencido pela intriga palaciana».

(Pag. 29)

Desde os primeiros tempos de seu ministerio José Benifacio se achou collocado entre duas correntes extremas que acabaram por se alliar para conseguir a sua quéda: a dos democratas nativistas que procuravam accelerar desordenadamente o movimento emancipador, e a do partido portuguez que buscava oppôr todos os entraves á causa brazileira.

No seio da propria Maçonaria, onde José Bonifacio gozava de grande prestigio, como seu grão-mestre, não tardou em se manifestar a scisão, chefiada a corrente dissidente pelo 1º. vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, uma das mais notaveis figuras do partido nativista.

Agindo de concerto com José Clemente Pereira, Presidente do Senado da Camara do Rio de Janeiro, promoveu Gonçalves Ledo a idea de ser conferido pelo povo, ao principe regente, o titulo de «Protector e defensor perpetuo do Brazil». Assim o propoz, em sessão da maçonaria, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, tendo Ledo e Cunha Barboza redigido o discurso que foi proferido por José Clemente em 13 de maio, data escolhida para a manifestação popular por ser o dia em que se festejava o anniversario de D. João VI.

Foi ainda o grupo chefiado por Gonçalves Ledo que promoveu a representação dirigida ao principe em 23 de Maio, por José Clemente, em nome do Senado da Camara, pedindo que se associassem ao mesmo Senado dois emissarios do Rio Grande do Sul e um de Ceará que se achavam na capital, afim de supprir a falta da assembléa dos procuradores das provincias.

Poucos dias depois, a 2 de Junho, o mesmo Ledo representava ao principe regente pendindo a convocação de uma assembléa geral de representantes das provincias do Brazil, que de facto foi convocada por decreto de 3 de Junho.

Por Gonçalves Ledo tambem foi redigida a proclamação dirigida ás provincias, pelo principe real, em 1 de Agosto, emquanto que José Bonifacio se incumbio da redacção do manifesto ás nações, convidando-as a entrar em relações diplomaticas com o Brazil. Finalmente, coube a Ledo presidir a sessão, de 20 de Agosto, do Grande Oriente, em que foi resolvido a independencia do Brazil e a confirmação da realeza na pessoa do principe regente.

Embora as principaes deliberações da maçonaria relativas á emancipação do Brazil fossem adoptadas com a sciencia e aquiescencia de José Bonifacio, seu grão-mestre, parece fóra de duvida que Ledo procurou sempre tomar iniciativas, antecipando-se á acção do primeiro ministro, e, muitas vezes, propondo soluções que elle certamente não promoveria.

Valioso auxiliar de Ledo foi José Clemente que depois de desempenhar papel proeminente nos acontecimentos de 9 de Janeiro de 1822, retrahira-se nos dias subsequentes, talvez, como diz Mello Moraes, em razão dos sentimentos de gratidão que o ligavam ao general Jorge de Avillez, a quem muito devia pelo seu despacho para Juiz de Fóra do Rio de Janeiro.

Portuguez de nascimento, era José Clemente o élo naturalmente indicado para a approximação entre os nativistas mais exaltados e os representantes do partido portuguez, em sua mór parte constituido pelo elemento aulico que cercava o principe D. Pedro.

A alliança d'essas correntes oppostas, para a quéda de José Bonifacio, verificou-se sob a influencia de um elemento de alto prestigio palaciano, a Marqueza de Santos, quando um accidente occorrido na noite de 30 de Junho de 1823 – uma quéda de cavallo — e que poz em risco a vida de D. Pedro, congregou em torno do seu leito representantes dos varios grupos de desaffectos do ministerio.

O decreto de demissão de José Bonifacio teve a data de 16 de Julho de 1823.

XXXVI

« ... emquanto que para sustentar a familia... »

(Pag. 30)

As criticas condições em que se encontraram no exílio José Bonifacio e seus irmãos, são denunciadas pelos seguintes factos lembrados por Martim Francisco em sua « Carta a Capistrano de Abreu », (Bordeaux — 1917) :

> « Antonio Carlos embarcou para o exilio tendo cedido, por procuração que conseguio passar em 12 de Novembro de 1823 á noite, na fortaleza da Lage, officio de justiça lotado em 25$000 por mez ; Martim Francisco exerceu professorado particular em Mussidan ; José Bonifacio, apezar da venda de sua collecção mineralogica para occorrer á sustentação da familia, só poude embarcar para o Brazil depois dos irmãos, pagando meia passagem e compromettendo-se a saldar o faltante á chegada. »

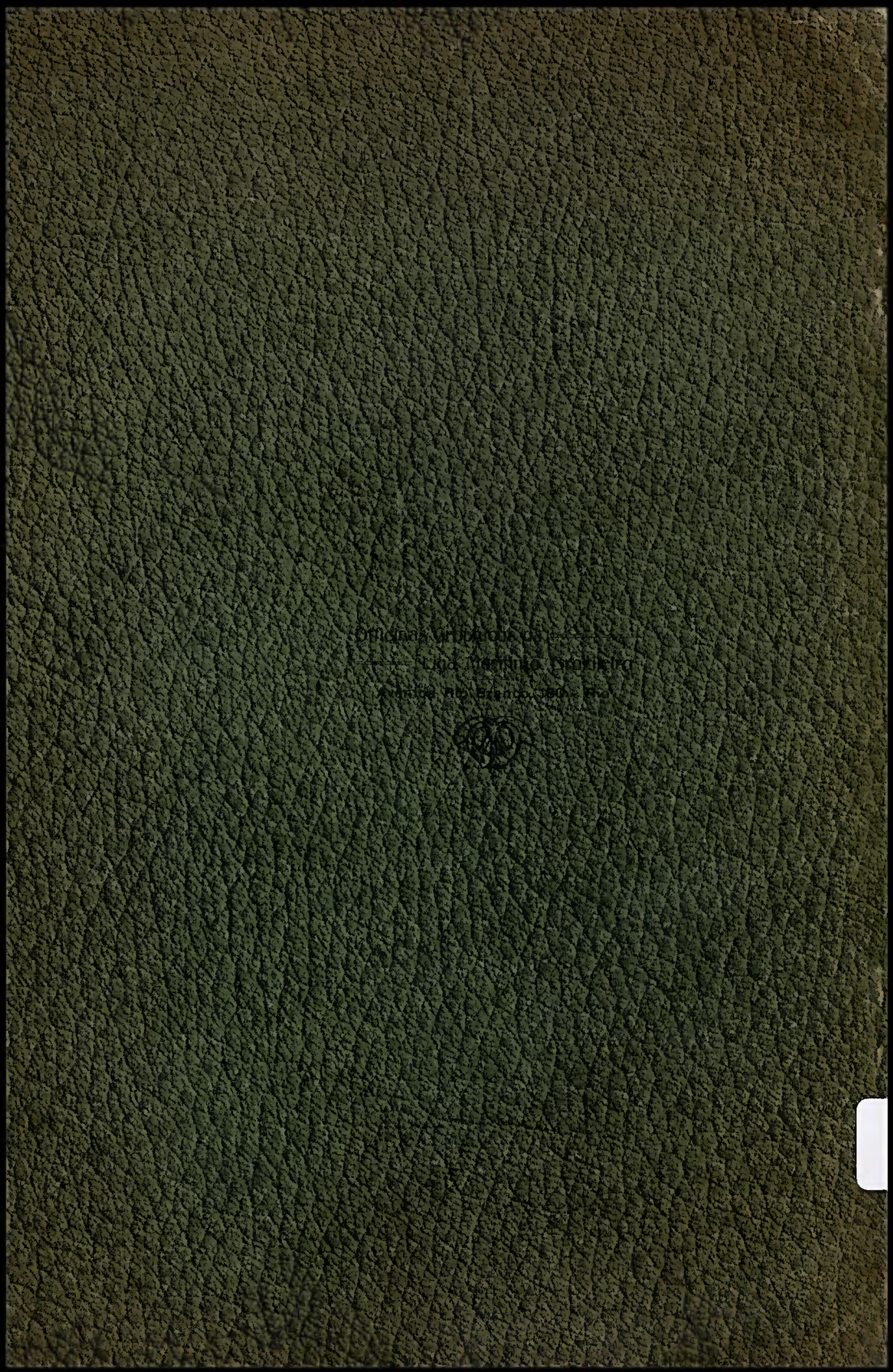
XXXVII

« ... prohibindo formalmente o seu regresso á patria já no começo de 1828... »

(Pag. 30)

Diz Alberto Rangel (D. Pedro I e a Marqueza de Santos, pags. 240) que José Bonifacio « havendo pretendido voltar ao Brazil em começo do anno anterior, (isto é, em 1828) vira a 6 de Maio de 1828 protestar-se junto a Polignac contra o seu embarque e o dos irmãos e o vice-consul do Brazil em Bordéos, a 13 de Março anterior, receber um officio de Pereira da Cunha negando-lhe passaportes. »

№004511



CEDEM
CX
3657

CEDEM
CX
3657

NOTAS DE UM REVOLTOSO

NOTAS DE UM REVOLTOSO

(DIARIO DE BORDO)

Documentos Authenticos

PUBLICADOS

PELO

" Commercio de S. Paulo "

A folha de maior tiragem do Estado de S. Paulo

RIO DE JANEIRO
Typ. Moraes, rua de S. José n. 35

1895

I

Preliminares de uma revolta

Alea jacta est! A revolta da marinha está decidida: não é mais possivel recuar. O papel que a armada vai representar na historia patria é daquelles que glorificam e ennobrecem. Acabar com o jugo despotico do marechal Floriano, anniquilar o elemento militar, para sobre as suas ruinas estabelecer um governo civil que torne a paz definitiva neste nosso bello torrão, fazer, finalmente, do Brasil um paiz livre, onde cada cidadão tenha o direito de exprimir o seu pensamento, sem que se veja constrangido na sua liberdade, tal é o programma inscripto em nossa bandeira, tal é a missão que toma sobre si a marinha brasileira.

Na noite de 12 de Agosto, reunimo-nos, em assembléa geral, no Club Naval, sob a presidencia do barão de Jaceguay, com o fim de assentarmos um plano de ataque aos navios. Era proposital essa reunião francamente annunciada: julgavamos que, assim procedendo, o governo nenhuma desconfiança teria dos nossos verdadeiros intuitos.

Está claro que, nessa assembléa, não expuzemos

as nossas intenções. Fizemos com que fosse dissolvida, sem que ficasse nada resolvido, e, logo depois, todos aquelles officiaes que haviam sido previamente avisados, reuniram-se na sala do 2º andar do Club, e ahi se constituiram em *Comité* revolucionario.

Deliberámos fazer o movimento nessa mesma noite. A occasião era, com effeito, opportuna. Dous vapores do Lloyd estavam de fogos accesos, promptos para conduzirem os officiaes para bordo dos navios de guerra. Os commandantes das torpedeiras tambem se achavam a postos, e, no *Riachuelo*, estava de quarto um official de nossa inteira confiança. Na bahia, fundeava toda a esquadra, e, uma vez senhores della, tinhamos certeza da victoria.

Entretanto, nada se fez nessa noite. Porque?

Dóe-me confessal-o, mas, ao escrever estas notas, sob a impressão do momento, não posso faltar á verdade, por mais dolorosa que seja para mim, que estou resolvido a fazer o sacrificio de minha vida em favor da Patria, tão cruelmente devastada pela tyrannia de um verdugo.

Se, á hora em que escrevo estas linhas, não estamos no mar, desfraldada a bandeira da revolta, é que a nossa classe se esqueceu da divisa belga: *L'union fait la force*. Em vez de pormos de parte antigas dissensões, para nos reunirmos todos debaixo do mesmo pensamento, não chegámos a um accôrdo e démos até ensejo ao governo de ter conhecimento dos nossos planos!

A reunião do *Comité* era presidida pelo capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena.

Foi quanto bastou para crear uma desharmonia que concorreu, e muito, para o mau exito do movimento. O presidente do Club Naval, na auzencia do effectivo, almirante Wandenkolk, que se achava preso era o capitão de fragata Alexandrino de Alencar vice-presidente que, em consequencia de inimizades pessoaes com o Sr. Lorena, julgou-se offendido e declarou que se desligava dos seus collegas.

Depois de perdido algum tempo com esse incidente, ficou resolvido, ás 11 horas da noite, convidar-se o almirante Custodio José de Mello como chefe do movimento.

Cumpre aqui consignar que a maioria da officialidade era contraria á escolha desse almirante, que gosava de poucas sympathias e inspirava limitada confiança.

Preferiamos o almirante Saldanha da Gama, cuja competencia é incontestavel; mas, a despeito de reiterados convites, sempre se negou, pois dizia que só seria chefe da revolta, no *momento psychologico*.

Resolvida a escolha, foi designado o 1° tenente Mattos para ir a casa do almirante Mello dar conta do resultado da reunião e acompanhal-o a bordo. Mas o almirante não se quiz expôr a ser preso. O governo, com effeito, já tinha sido avisado de tudo por alguns *amigos*, socios do Club, que tinham assistido á assembléa geral e que não receiaram trahir os seus companheiros.

A casa do almirante estava cercada por secretas. Se elle sahisse áquella hora da noite, despertaria sus-

peitas e seria preso, prejudicando assim o movimento, sem nenhum proveito.

Ficou, pois, adiada a revolta. E por culpa de quem? Do almirante Mello, que não se quiz expôr a uma prisão inevitavel? Não, por certo. Os culpados são os que, não sabendo reprimir despeitos antigos, sacrificaram a causa do paiz, já porque promoveram uma assembléa geral, accessivel a todos os socios, entre os quaes havia alguns desleaes que, embora não tenham sido admittidos á reunião secreta, della, entretanto, tiveram conhecimento e deram parte ao governo; já porque, tendo sido tomadas todas as providencias para o bom exito da revolta, a noite passada, perderam um tempo precioso em estereis discussões, deixando assim escapar o momento opportuno,— e quem sabe se este jamais tornará a offerecer-se?

Agora, mais do que nunca, estou convencido de que foi um erro grave não termos hasteado o pavilhão da revolta no dia 13, tanto mais quanto, na bahia, se achavam fundeados o *Riachuelo*, o *Aquidaban* o *Republica*, o *Tiradentes* e outros.

E agora?

Agora, isto é, em fins de Agosto, o marechal Floriano, julgando fazer abortar para sempre qualquer movimento revolucionario por parte da marinha, deu ordem de enfraquecer e até mesmo de inutilisar os vasos de guerra,—o que mostra a sua inepcia, ou, antes, a sua falta de patriotismo, pois ninguem tem o direito de destruir os elementos de defeza de uma nação. O *Tiradentes* seguiu rumo de

Montevidéo, o *Riachuelo* foi para Toulon, o *Aquidaban* está no dique, com a machina inutilisada. O marechal quiz até tirar-lhe a helice, mas recuou deante de uma *Varia do Jornal do Commercio*, que denunciava o facto, accentuando que o pessoal technico do arsenal era contrario a similhante previdencia.

Para o sr. vice-presidente, todos os meios são bons para conseguir os seus fins, até mesmo a corrupção. Por isto, comprou o mestre do *Riachuelo*, pela somma de 5:000$ em ouro, para ter mais um bajulador do seu despotismo...

Mas o sr. marechal illude-se, se julga ter feito assim abortar de todo o plano da revolução. Ainda não desanimámos; pelo contrario, continuamos a trabalhar, para levar a effeito o movimento, e, desta vez, sem receio de alguma traição. Está até marcado o dia...

II

O dia 6 de setembro

Até que emfim chegou o dia, por nós tão anciosamente esperado, de desfraldar o pavilhão branco da revolta, symbolo da santa causa que defendemos! Estamos a 6 de setembro e vamo-nos bater pela liberdade...

Hontem, 5, ás 5 horas da tarde, conforme havia sido combinado, achavam-se os alliados reunidos *casualmente* á porta da casa Lacurte, na rua do Ouvidor Se alli apparecesse o 1° tenente Belfort Guimarães, não tinhamos mais do que seguir para bordo, pois a presença desse official era a senha para o movimento, sem que fosse preciso trocarmos palavras inuteis. Effectivamente, tudo se passou como fôra previsto.

A's 4 horas da tarde, já o 1° tenente Firmino Ayres de Moraes Ancora, commandante do frigorifico *Pallas*, havia ido buscar, em um estabelecimento da rua do Ouvidor, a farda do almirante Mello, dirigindo-se em seguida para a Praça Municipal, onde aguardou a chegada do chefe do movimento.

A's 5 horas da tarde, este, conjunctamente com os 1°s tenentes Firmino, (já citado), Ribeiro Graça e

Belfort Guimarães e o commissario Alves de Paula, tomou um escaler guarnecido por pessoal de confiança, pertencente á tripulação do *Pallas*, e dirigiu-se a bordo do *Venus*, onde encontrou a lancha *Tecla*, que o levou, finalmente, para bordo do *Aquidaban*.

Fica assim destruida a crença de que o almirante Mello esteve no *Theatro Lyrico*: quem lá esteve foi o sr. Lorena. O chefe do movimento embarcou á luz do dia, e não durante as trevas da noite.

E' bom deixar aqui consignado este pequeno ponto de historia cuja veracidade não póde ser contestada.

Achava-se de quarto, a bordo do *Aquidaban*, o 1° tenente Mello Moraes, que, depois de alguma hesitação e de uma *pequena... objecção*, que foi logo *sanada* pelo 1° tenente Graça, resolveu-se afinal a entregar o navio. Mas declarou que talvez o *Aquidaban* não se pudesse mover, por faltarem algumas peças da machina.

A' vista disso, o almirante, embarcando de novo na lancha, dirigiu-se para bordo do *Republica*, cujo commando já havia sido assumido pelo capitão-tenente Lara.

Ahi, apezar de ter declarado, no seu manifesto á Nação, que não almejava o poder, o almirante foi obrigado a assignar uma declaração formal nesse sentido, o que prova falta de confiança na sua pessoa. Consigno o facto sem commental-o.

Assignada a declaração exigida, resolveu-se — pois isto não foi iniciativa do almirante — que s. exc. voltasse de novo para o *Aquidaban*, onde estava hasteado o seu pavilhão.

Reunida toda a guarnição, em fórma, no tombadilho, o tenente Mello Moraes exhortou-a á revolta, dizendo-lhe que concorreria para a liberdade do almirante Wandenkolk e apresentando-lhe depois o almirante Mello. A marinhagem deu vivas a esses almirantes.

Durante o dia o 1° tenente Pinta foi a Santa-Cruz entregar ao commandante desta fortaleza uma carta do almirante Mello, cujo teor é conhecido.

O commandante, antes de dar a sua resposta, reuniu os seus officiaes e com elles conferenciou. A conferencia durou muito tempo, o que faz suppor que houve animada discussão. Afinal, o commandante veiu declarar ao sr. Pinta que elle permanecia fiel ao governo constituido. Mas, immediatamente, os capitães Pinto Peixoto, Guahyva, Por Deus e tenente Schamlabrecher, por sua vez, declararam-se a favor da revolta, sendo por isso presos e mais tarde submettidos a conselho de guerra.

Um facto se deu, depois, que tem grande alcance. Em conversa particular, os demais officiaes confessaram, com effeito, que permaneciam fieis ao governo do marechal Floriano, unicamente por ser chefe do movimento revolucionario o sr. Custodio de Mello, que não lhes inspirava confiança. Se o chefe fosse o sr. Saldanha da Gama e este quizesse forçar a barra, elles simulariam a resistencia, atirando apenas com polvora secca.

Não é curiosa esta confissão e não vem ella derramar um pouco de luz sobre os factos que se deram durante a revolta?

A' tardinha do dia 5, e não alta noite, como foi narrado nesta folha, o tenente Vinhaes, os deputados Seabra, Anfrisio Fialho, Jacques Ourique e Retumba, major Gentil Eloy de Figueiredo, os capitães Miranda Carvalho e Santos Teixeira e o coronel Sebastião Bandeira embarcaram em uma lancha, no caes da Egrejinha, em São Christovam, e dirigiram-se para bordo do *Aquidaban*.

Pelo seu lado, e para não suscitar suspeitas, o dr. Dermeval da Fonseca e outras pessoas, entre as quaes o fiel de armazem da Alfandega do Rio, Joaquim Augusto Freire, hoje 1° escripturario e tambem capitão honorario do exercito, embarcavam no caes da Gloria.

Foram todos recebidos a bordo do navio-chefe, e alli, depois de tomarem conhecimento do manifesto do almirante Mello, decidiram os deputados presentes dirigirem um appello á Nação.

Suscitou-se então uma duvida. Quem levaria á imprensa esse documento assignado pelos deputados?

— Quem? Eu! disse o sr. Freire, que para arredar qualquer suspeita, protestou a sua dedicação pela causa da revolta.

As suas declarações foram feitas com tal calor e pareciam tão sinceras, que não se hesitou em confiar-lhe o precioso documento, aproveitando até alguns deputados o *fiel* portador para levar a terra algumas communicações particulares. A tudo se prestou obsequiosamente, o sr. Freire que, depois de esperar algum tempo conducção conseguio, ir para terra.

Mas ahi em vez de cumprir o que promettera e

fôra acceito na melhor boa fé, dirigiu-se para o arsenal de guerra, onde se entendeu com o capitão Thomaz Cavalcanti, foi ao Itamaraty e tudo denunciou ao marechal.

Este, depois de ouvil-o, auctorisou-o a executar a commissão de que fôra incumbido, o que effectivamente fez.

Talvez cause estranheza o nosso procedimento, confiando uma commissão tão importante a uma pessoa que não conheciamos sufficientemente.

Bastará, porém, narrar os antecedentes, para tornar comprehensivel e desculpavel o nosso acto.

O sr. Freire era, com effeito, ou dizia-se, amigo do dr. Dermeval da Fonseca, cuja confiança soubera captar por tal fórma, que este, illudido, convidou-o para tomar parte no movimento revolucionario.

Senhor do que se preparava, o sr. Freire nunca mais abandonou o *seu amigo*, acompanhando-o até a bordo do *Aquidaban*.

Uma cousa me admira: é que não nos tivesse atraiçoado mais cedo.

Nessa mesma noite de 5 para 6, a officialidade do Batalhão Naval, aquartelada na Ilha das Cobras, e que, com excepção dos primeiros tenentes Francisco Sampaio e Adolpho dos Santos, estava todo comnosco, resolveu, de accordo com os respectivos sargentos, passar para bordo da esquadra.

No dia 6, chega ao quartel o commandante, capitão de mar e guerra Eliezer Coutinho Tavares.

Os officiaes communicam-lho a resolução que haviam tomado e convidam-no para acompanhal-os.

O commandante vacilla, vê-se-lhe no rosto que a vontade é pouca para adherir ao movimento. Eis, porém, que surge sua corajosa esposa e, vibrante de emoção, diz-lhe:

—Vamos, cumpra o seu dever: siga os seus companheiros de armas!

Como por encanto, o commandante, passada a hesitação, declara que podem contar com elle, mas accrescenta ao mesmo tempo que ia conferenciar com o ministro da marinha.

O batalhão, formado no pateo do quartel e decidido a tudo, aguarda a chegada dos batelões para passar para bordo, mesmo sem o seu commandante. Mas eis que o *Republica* aprôa á Ilha das Cobras e ahi fundêa: o batalhão põi-se em marcha... Virá o commandante?

Vem, sim: eil-o ahi já. Julgou do seu dever communicar o occorrido ao ministro da marinha, e este, fosse inepcia, fosse convicção de que o capitão Eliezer não iria a bordo, deixou-o partir tranquillamente.

Occorre outro facto commovente.

Ao pôr-se em marcha o batalhão, surge uma senhora em prantos e, atirando-se aos pés do primeiro tenente Fontoura, pede-lhe, supplica-lhe que não vá, que não a abandone. O bravo official não attende aos rogos da esposa: acima de tudo, o dever, e elle jurou seguir os seus companheiros.

A mulher cai então com um ataque emquanto o batalhão continúa a sua marcha e com elle o tenente Fontoura...

Transportado para bordo do frigorifico *Venus*, o Batalhão Naval ahi estabeleceo seu quartel, e o commandante Eliezer, chamado para chefe do estado-maior do almirante Mello, passa o commando ao tenente Franco.

Nesse dia, 6, houve mais um incidente curioso que consignei cuidadosamente nas minhas notas, pois é bom pôr em relevo o que os jornaes officiosos com tanto cuidado esconderam ou negaram.

Emquanto na Ilha das Cobras o batalhão ia embarcando, o então contr'almirante Coelho Netto, chefe do Estado-Maior da Armada, dirigia-se, em uma lancha, a bordo do *Aréthuse*, e ahi não só communicava que a esquadra se havia revoltado, mas—cousa incrivel!—pedia para o governo do marechal o apoio da esquadra extrangeira!

O almirante francez, passado o primeiro assombro, respondeu a tão insolito pedido que nada tinha com as cousas do Brazil e que estava alli apenas para salvaguardar os interesses de seus compatriotas. E, com effeito, que outra resposta poderia dar?

O pobre contr'almirante fez as suas continencias, desceu para a lancha e ia voltando para terra, quando avista uma lancha nossa... Julga-se perdido, dá ordem de executar uma falsa manobra e põi-se ao largo, sem que os da lancha, que, aliás, ignoravam quem alli fosse, pensassem siquer em perseguil-o.

Mas como é que, no dia 6 de setembro, se achavam fundeados na nossa bahia tantos navios de guerra extrangeiros? Seria simples acaso? Não! O acaso precisa muitas vezes de quem o auxilie, e havia um

mez que o sr. Custodio de Mello tinha amigavelmente prevenido o corpo diplomatico, aqui acreditado, de que era imminente uma revolta, e os ministros em peso communicaram aos seus governos o que havia, inclusivé o sr. conde de Paço d'Arcos que foi o unico cujo procedimento as folhas officiosas tiveram a coragem de condemnar, quando, afinal elle não fizera mais do que o seu dever.

A fabula do Lobo e do Cordeiro ha de ser eternamente verdadeira !...

III

A bordo do Aquidaban

O *Aquidaban* é commandado pelo capitão de fragata Alexandrino de Alencar; immediato, o capitão-tenente Pinto de Sá; estado-maior do almirante Mello: chefe, o capitão de mar e guerra Eliezer Coutinho Tavares, secretario, o 1° tenente José Nunes Belfort Guimarães e ajudante de ordens guarda-marinha Manoel Marques Couto; officialidade: 1os tenentes Mello Moraes, Camisão de Mello, Delfino Lorena, Pedro Velloso Rebello, Horacio Coelho Lopes, Ledoino Castello Branco e Octacilio de Almeida; medicos: capitão de fragata dr. Galdino Magalhães e dr. Bicalho Hungria; commissario, Francisco Alves de Paula; chefe de machinas Ernestino Moura.

Acham-se a bordo os deputados Anfrisio Fialho, Jacques Ourique, Seabra, Retumba e Augusto Vinhaes, tenente do batalhão Academico Pardo Vieira, capitão João dos Santos Teixeira, o tenente-coronel Sebastião Bandeira, o general Maciel da Costa, dr. Dermeval da Fonseca, dr. Climaco Barboza, Manoel Lavrador, capitão Miranda de Carvalho, major Gentil Eloy de Figueiredo, João Augusto Ferreira Lima, dr. Carlos Barrão, major Norberto d'Amorim Bezerra e Fernando de Castro, reporter do *Jornal do Commercio*.

A's sete horas da noite do dia 8, regressou de Nictheroy o 1° tenente Belfort Guimarães, sendo portador da resposta do presidente do Estado á carta do almirante que o convidava para uma conferencia a bordo do *Aquidaban*. Este, depois de a ler e reflectir alguns instantes, metteu-a no bolso, sem communicar cousa alguma do seu conteúdo ás possoas presentes, o que muito nos sorprehendeu.

Contou-nos então o nosso collega Belfort o que com elle occorrêra em Nictheroy. Ao approximar-se da ponte de S. Domingos, e, embora levasse içada, á prôa, a bandeira de parlamentar, as forças de terra começaram a fazer fogo. Afinal, conseguiu dar a conhecer a sua qualidade de parlementar, desembarcou e dirigiu-se sem demora ao palacio do presidente. Não o encontrando ahi, foi-lhe offerecido, pelo dr. Martins Torres, vice-presidente, o carro do commandante da força policial, que o levou á secretaria da Policia, onde se achava o dr. Porciuncula. Este, depois de ter tomado conhecimento da carta do almirante Mello, pediu ao 1° tenente Belfort que aguardasse a sua resposta, visto tratar-se de assumpto de grande importancia, o que fez logo suppôr ao nosso collega que o dr. Porciuncula ia conferenciar, pelo telegrapho, com o marechal Floriano.

Emquanto esperava, interrogou os militares presentes e assim se convenceu de que a estes não era sympathica a revolta. O coronel Fonseca Ramos chegou mesmo a declarar que, embora o dr. Porciuncula cedesse o governo, elle resistiria até á ultima.

A's 11 horas da noite, o almirante resolveu-se a

ler-nos a resposta do prsidente do Estado do Rio, mas nada disse sobre as suas intenções.

Afinal, vim a saber que o programma do almirante era forçar a barra e operar no Sul...

As mesmas informações eram exactas. Passados dias, o almirante Mello convocou com effeito, uma reunião dos commandantes dos navios e expoz-lhes o seu plano de fazer sahir para o sul uma divisão. Todos reprovaram esse plano com excepção do valente commandante do *Uranus*, Costa Mendes.

Confiante na opinião deste, o almirante declarou que assumia toda a responsabilidade da sua resolução e designou para forçarem a barra o *Republica*, o frigorifico *Pallas* e a torpedeira *Marcilio Dias*.

A officialidade do *Republica* estava composta do seguinte modo : commandante da divisão, o capitão de mar e guerra Frederico Lorena; commandante, capitão tenente Candido Lara; immediato, 1° tenente Alvaro Ribeiro Graça; officiaes, 1os tenentes Arnaldo Sampaio, Manoel Pacheco de Carvalho Junior e 2° tenente Piragibe. Achavam-se tambem a bordo os drs. Manoel Lavrador e Pires Ferreira Filho, e o capitão Miranda de Carvalho.

Na madrugada de 16 de setembro, a divisão, commandada pelo capitão de mar e guerra Lorena, levantou ferro e investiu contra a barra. Mas só o *Republica* conseguio transpôl-a. O *Pallas*, com effeito, apezar do heroismo de seu commandante, 1° tenente Moraes Ancora, teve de retroceder, já em frente a Santa Cruz, por ter o machinista, propositalmente ou

por medo, não se sabe, feito andar o navio para traz. O mesmo se deu com a *Marcilio Dias.*

Afinal, talvez fosse melhor assim, pois a torpedeira não estava abastecida das munições de bocca e de carvão necessarias para uma viagem até Santa Catharina, descuido este incomprehensivel.

No dia seguinte, os commandantes do *Pallas* e da *Marcilio Dias*, 1os tenentes Moraes Ancora e Monteiro de Barros, eram substituidos pelos 1os tenentes Pio Torelli, e Francisco de Mattos, deputado pela Bahia.

Nessa mesma noute, tomadas desta vez todas as providencias, ambos os navios forçavam a barra em demanda do sul, sem que soffressem a menor avaria.

E' interessante transcrever aqui um pequeno episodio. A' vista do que se dera na noute anterior com a pusillanimidade do machinista do *Pallas*, o tenente Torelli, homem valente e destemido, antes de mandar suspender ferro, dirigiu-se á tripolação nestes termos pouco mais ou menos:

—Marinheiros, temos que forçar a barra, haja o que houver. Se, no momento de passarmos deante das fortalezas, algum de vós comprometter a sahida do vapor, dou-lhe um tiro na cabeça e arremesso o *Pallas* sobre a muralha de Santa Cruz: ou sahimos ou morremos.

Ao passar deante das fortalezas, o sr. Torelli, para mostrar o pouco caso que dellas fazia, descarregou em pessoa uma das metralhadoras, dando vivas á esquadra libertadora.

A' vista do bom resultado que tivera a sahida

da primeira divisão, composta do *Republica*, *Pallas* o *Marcilio Dias*, resolveu o almirante Mello tentar de novo forçar a barra com o *Meteóro*, que, para este effeito, mandou armar em guerra, confiando o seu commando ao 1° tenente Monteiro de Barros.

Tendo o sr. Ancora declarado, em consequencia do incidente do *Pallas*, que só volveria a servir activamente na esquadra se lhe fosse dado forçar a barra com outro navio, confiou-lhe o almirante Mello o commando nautico do *Meteóro*, para dar-lhe uma prova de que nunca puzera em duvida a sua coragem e o seu patriotismo.

Para arredar qualquer suspeita, o 1° tenente Monteiro de Barros foi com o seu navio para o fundo da bahia, onde, em pleno dia, fez experiencias da machina.

Uma noute, sem avisar a ninguem e já de posse das instrucções do almirante Mello, o *Meteóro* suspendeu ferro e foi navegando a meia-marcha.

Ao passar pelo *Aquidaban*, deu-se a conhecer, desenvolveu toda a marcha e passou deante das fortalezas quasi sem ser percebido, recebendo no tombadilho uma unica bala que feriu levemente alguns marinheiros, mas sem fazer estragos materiaes.

IV

A machina infernal

Durante os longos mezes que durou a lucta em que nos empenhámos e em que fomos vencidos, devido a circumstancias que exporei mais tarde, um dia não se passou sem que as folhas do governo, desnaturando todos os factos e commentando-os pelo seu prisma, nos cobrissem das maiores injurias que se pódem lançar em rosto a um homem, para poderem assim incensar, no altar por ellas erguido, o seu deus, o seu idolo: o marechal Floriano Peixoto.

Mas, felizmente para nós, cada qual neste mundo tem a sua vez, e, já que posso agora dizer toda a verdade, quero contar um episodio, que, em seu tempo, foi qualificado de boato mentiroso, de calumnia, mas que o futuro historiador desse periodo da historia patria poderá, sem receio de errar, estampar no seu livro.

Em uma tarde de setembro, estavamos á mesa do jantar, o almirante Mello, varios paizanos e officiaes, entre elles, eu, quando se approxima do almirante o official de quarto e lhe entrega um embrulho.

—O que é isto? pergunta-lhe aquelle.

—E' um objecto que um catraeiro acaba de vos trazer, dizendo que para isso tivera ordem de um paizano, no caes Pharoux—respondeu o official.

—Bem ! Ponha ahi.

—Pois V. Exc., observou o deputado Jacques Ourique, recebe objectos de pessoas desconhecidas? Quem sabe o que ahi haverá? Talvez seja alguma cilada.

—Qual ! disse, por sua vez, o capitão de fragata Alexandrino.

E, levantando se, dirige se para perto do almirante, desembrulha com cuidado o objecto, e vê-se, então, que são as «Consultas do Conselho de Estado», se me não falha a memoria, sahindo-lhe de dentro duas fitas terminando em rotulos de papel, com estas palavras : *Piratas*, *Belligerantes*.

Mas, ao desembrulhar, cai um *pó amarellado e preto*, que desperta a attenção do almirante.

—Não vá ser alguma machina infernal ! observa o coronel Jacques Ourique, cuja desconfiança salvou a vida do almirante. Seria melhor, antes de abrir o livro, mergulhal-o nagua. Se dentro houver alguma materia explosiva, ficará assim inutilisada.

O conselho foi seguido em bôa hora. Passado algum tempo, a suspeita transformou-se em certeza: era, com effeito, uma machina infernal, engenhosamente feita, que alguem enviára ao almirante.

Todas as folhas do livro e a capa estavam grudadas, e, no centro desta, havia sido recortado um

buraco. Era ahi dentro que estava depositada a dynamite e a polvora. As duas marcas eram as espoletas. O plano era tão machaivellico como simples.

Na Camara, acabava de ser discutida calorosamente a questão de votar uma lei considerando-nos como piratas. O almirante recebia o livro de legislação e via as duas marcas com as palavras *Piratas, Belligerantes*. Presumia que algum amigo lhe enviára o livro, para estudar a questão, puxava pelas marcas e dava-se a explosão.

Felizmente, a tampa da capa que escondia a dynamite estava mal grudada, e assim deixou passar um pouco de polvora, que veiu dar o signal de alarma.

Acto continuo, lavrou-se uma acta, que foi assignada por todas as pessoas presentes e, no dia seguinte, o primeiro-tenente Belfort Guimarães, secretario do almirante, levou a infame machina infernal e a respectiva acta a todos os navios de guerra extrangeiros surtos no porto.

A impressão causada foi a mais desagradavel possivel, admirando-se todos de que um governo apregoado legal se servisse de meios proprios de assassinos para abafar a revolução da armada brasileira, que, esta, se batia lealmente, á luz do dia, com as armas empregadas pelas nações cultas.

Mais tarde, soube-se que o marechal Floriano esteve em determinado ponto do littoral, aguardando o effeito do seu instrumento de destruição, e é natural que não pudesse conter um impeto de co-

lera, ao ver que, mais uma vez, os seus planos abortavam desastrosamente.

Digam agora as pessoas de bem: de que lado estavam os assassinos, como estampavam as folhas do governo? A bordo da esquadra, ou no palacio do Itamaraty?

V

O plano do almirante Mello

E' crença muito espalhada que, ao dirigir-se para bordo do *Aquidaban*, na tarde de 5 do setembro, o chefe do movimento revolucionario não levava nenhum plano de ataque e ia jogar tão importante cartada, fiado apenas no acaso e convicto de que o marechal Floriano daria a sua demissão. Esta crença basêa-se em dous factos principaes: primeiro, não ter tentado um desembarque immediato em Nictheroy, que, nos primeiros dias da revolta, estava sem forças para oppor qualquer resistencia; segundo, não ter ido tomar a fortaleza de Santa Cruz, por terra. Feitas estas duas operações, dizem os que assim pensam, a victoria era certa.

E' caso para se citar o celebre verso de Boileau :

La critique est aisée, mais l'art est difficile

E, com effeito, os que criticam tão acerbamente o nosso almirante e o presentêam com um diploma de incapacidade, ignoram, sem duvida, a verdade dos factos e as enormes difficuldades que resultaram de uma ordem mal executada. Em uma guerra, basta

ás vezes uma pequena contrariedade para derrubar os planos mais sabiamente combinados e transformar a victoria em derrota. Foi o que se deu comnosco.

O plano assentado era o seguinte:

Em terra, turmas espalhadas em diversos pontos, ao longo da Estrada de Ferro Central e sob a direcção do dr. Manoel Lavrador, deviam arrancar os trilhos *depois* da passagem do ultimo trem dos suburbios do dia 5; de maneira que o governo só pudesse ter conhecimento do facto, na manhã de 6, quando o mal já estivesse feito e que, para remedial-o, fossem precisos alguns dias. Durante este tempo, o 1° regimento de cavallaria, com o qual contavamos, fiados nas promessas feitas pelos *portellistas* do Estado do Rio, sublevava-se; o povo, que, pelo menos em palavras, era a nosso favor, manifestava a sua opinião; e, nestas condições, era possivel tentar um desembarque e apanhar o governo de surpreza.

Bastou, porém, um pequeno erro para fazer abortar completamente este plano. O dr. Manoel Lavrador, que, seja dito de passagem, garantira ao almirante a coadjuvação de muitos figurões politicos de S. Paulo e Rio de Janeiro e que é homem valente e activo, mas tem o defeito de prometter mais do que póde, o dr. Lavrador, com effeito, em vez de seguir á risca as instrucções do sr. Vinhaes, mandou a primeira turma arrancar os trilhos, *antes* que passasse o ultimo trem.

E o que adveiu dahi? O trem, não podendo continuar, voltou para a Central, e o marechal teve assim

communicação immediata do occorrido, tomando logo providencias que abafaram o movimento em terra.

O almirante Mello que, é um pormenor curioso este, fôra para bordo sem dinheiro ; durante todoo tempo que esteve na bahia, nunca recebeu um vintem de terra; e que, quando mais tarde resolveu enviar um emissario ao Rio da Prata, afim de se entender com o commandante do cruzador *Tiradentes* e o sr. Silveira Martins, teve de recorrer ao tenente Vinhaes que logo poz ao seu dispor os seis contos que levara comsigo ; o almirante Mello, dizemos nós, resolveu, á vista deste insuccesso, ir para o Sul, pois bem sabia que o marechal resistiria. Não se priva diariamente com um homem, sem acabar por conhecer o caracter, por mais dissimulado que seja, e o almirante tivera occasião de conhecer bem de perto o dictador.

Era tão insensato esse plano, no começo da revolta ? Não o creio. O almirante, com os elementos de que dispunha, facilmente poderia tomar o Rio-Grande e os outros portos, operando de accôrdo com as forças federalistas em terra.

E porque não o fez ?

Por causa da atttitude singular tomada pela fortaleza de Villegagnon e pelo almirante Saldanha da Gama.

Historiemos os factos.

A fortaleza de Ville agnon era commandada pelo 1° tenente Sylvio Pellico Belchior, na ausencia do contr'almirante Carlos de Noronha, que havia

solicitado a sua exoneração e nunca alli voltou, para não se envolver — dizem — no movimento revolucionario.

Arvorada a bandeira da revolta, o commandante declarou-se neutro, acompanhando assim o procedimento do almirante Saldanha, a quem era dedicado.

Um simples capricho de sympathia pessoal bastou, pois, para comprometter o exito da revolução.

E, de facto, o almirante Mello não podia seguir para o Sul, sem que Villegagnon se manifestasse; pois, do contrario, seria entregar aquella fortaleza nas mãos do marechal Floriano, que tanto sabia avaliar as vantagens que para elle resultavam dessa *neutralidade*, que continuou a enviar viveres e dinheiro á guarnição de Villegagnon. Se a esquadra tivesse sahido barra fóra, aquella fortaleza ter-se-ia declarado a favor do governo: é este um ponto capital sobre o qual julguei dever insistir.

Entretanto, tudo fez o almirante para captar as sympathias do tenente Sylvio. Apezar de toda a sua *neutralidade*, este mandava, com effeito, todas as noites, uma lancha a bordo do *Aquidaban* levar os boatos de terra, dizer que se fallava em um assalto á fortaleza e pedir-lhe auxilio. O sr. Mello deu logo ordens para que as torpedeiras rondassem e protegessem Villegagnon.

Quando se deu o incidente com a lancha em que se achava o consul italiano, sendo nessa occasião morto pelas forças de terra um marinheiro daquella nacionalidade, o *Aquidaban* achava-se no canal entre Gragoatá e Villegagnon, justamente para proteger

esta fortaleza. Entretanto, esta protecção por um triz não traz consequencias desagradaveis. Com effeito o almirante francez, sr. Libran, furioso de que algumas balas de terra houvessem cahido perto do logar onde se achava fundeada a esquadra extrangeira, enviou ao almirante um officio em toom rude, dando a entender que, para fazermos operações contra terra, nos abrigavamos atraz dos navios extrangeiros. O nosso chefe respondeu no mesmo tom, dizendo que para ser patriota e valente não era preciso ser cidadão francez. O incidente, por felicidade, não teve outras consequencias.

Mas não pararam ahi os serviços prestados pelo almirante Mello ao tenente Sylvio. Este, todas as vezes que iamos á Armação, escrevia bilhetes ao nosso chefe, pedindo munições de toda a sorte, que eram sempre enviadas, muitas vezes em prejuizo da esquadra, que ficava com poucos recursos.

E como correspondeu o tenente Sylvio a tantas attenções? Não permittindo que o pessoal da lancha do *Aquidabán* passasse da ponte e communicasse com a guarnição, que estava impaciente por polejar ao nosso lado. E, quando as balas de terra sibilavam por cima da fortaleza e iam cahir nos nossos navios, o tenente Sylvio assistia impassivel a este espectaculo e continuava a tirar partido da sua posição vantajosa. Foi preciso que o governo, sentindo-se já fraco não mais mandasse dinheiro e viveres a Villegagnon para que esta hasteasse, finalmente, o pavilhão branco da revolta! Mas já era tarde...

Com effeito, já não era mais possivel tomar

Nictheroy, com probabilidade de victoria, — e aqui chegamos á primeira das censuras feitas ao almirante Mello, de não ter operado, logo no começo, um desembarque naquella cidade.

Mas como poderia tel-o feito? Tinhamos apenas 300 marinheiros navaes, com os quaes podiamos contar. Os outros pertenciam á navegação mercante e nenhuma pratica tinham das cousas da guerra. Desembarcar com tão pouca gente era deixar desguarnecidos os navios; e, uma vez em terra, como poderiamos manter as nossas posições?

Se Villegagnon estivesse desde o começo comnosco, era um reforço de 700 homens valentes como leões que nos permittiria levar a effeito a tomada de Nictheroy.

«E Santa Cruz? Porque a não tomaram por terra?»

Quem assim fala não conhece a posição daquella fortaleza, que, dominada por um pico onde ha uma bateria, é inexpugnavel por terra. Tentar similhante expedição seria sacrificar inutilmente vidas preciosas. A unica cousa a fazer era tomal-a pela fome. No começo, tentou-se impedir da passagem da lanchinha que abastecia diariamente a fortaleza. Mas o coronel Pedro Alves queixou-se disso, e o almirante teve a fraqueza de acceder á queixa, unicamente para prestar mais um serviço ao tenente Sylvio, pois receava que, para se desforrarem, as forças de terra por sua vez não deixassem navegar a lancha que abastecia Villegagnon.

Passemos agora á ilha das Cobras.

Já tive occasião de dizer que o almirante Saldanha da Gama era o chefe preferido pela maioria dos officiaes, e varias vezes fôra instado pelo capitão de fragata Alexandrino e pelo primeiro tenente Pedro Velloso para se pôr á testa do movimento, recusando-se sempre a isso por não ter chegado o momento *psychologico*, phrase textual que citei no capitulo I.

Declarada a revolta, o almirante Saldanha, cumprindo o que promettêra, por intermedio do primeiro tenente Sylvio Pellico, conservou-se neutro, e nesse sentido hasteou o seu pavilhão a bordo do *Liberdade*. Na Ilha das Cobras, depois da partida das 250 praças do Batalhão Naval, nenhuma guarnição ficou.

O sr. Saldanha soube aproveitar-se dessa neutralidade, que nos foi tão prejudicial quanto a sua cooperação mais tarde. Içou, com effeito, na Ilha das Enxadas, a bandeira da Cruz Vermelha e ahi estabeleceu um hospital de sangue, onde eram recebidos os feridos da esquadra, declarando, porém, que não seriam restituidas as praças que tivessem alta. Para este serviço, tinha diversas lanchas que navegavam livremente pela bahia, e que, de noite, para serem reconhecidas pela esquadra e pelas forças de terra, levavam luzes branca, azul e encarnada em triangulo.

Seria, porém, faltar á verdade, —e não é este o meu intuito—attribuir unicamente o nosso desastre á neutralidade da fortaleza de Villegagnon e do sr. Saldanha da Gama. Outras causas contribuiram para

isto, que me pesa confessar, mas que, entretanto, é meu dever divulgar, para que não se julgue que escrevo sob o dominio de cega paixão.

Essas causas são as desavenças que existiam entre os proprios officiaes, dos quaes alguns menosprezavam as ordens do chefe do movimento.

A bordo do *Aquidaban*, o capitão de fragata Alexandrino procedia a seu bel-prazer. Para proteger o seu navio, fel-o cercar de lanchas, rebocadores e torpedeiras, que, durante a noite, percorriam a bahia em correrias vertiginosas e em pouco tempo ficaram inutilisados, tanto mais quanto as ultimas não tinham pessoal habilitado.

Além disto, eram taes as desharmonias entre o sr. Alexandrino e o capitão de mar e guerra Eliezer Tavares, que a permanencia deste a bordo do *Aquidaban* se tornou impossivel.

Para regularisar o serviço, dividiu então o almirante Mello a esquadra em duas divisões, a 1ª composta do *Aquidaban*, do *Republica* e do *Trajano*, e a 2ª, dos demais vasos de guerra e dos frigorificos, sendo nomeado para o commando desta o sr. Eliezer Tavares, que ficava encarregado da distribuição dos viveres e das munições.

Mas nem assim se conseguio evitar os attritos: as rivalidades continuaram, com grande prejuizo da causa que pleiteavamos. Quando o sr. Alexandrino, cuja valentia está fóra de duvida, não gostava de um official, encarregava-o de commissões tão arriscadas, que estas foram por nós denominadas *commissões de suicidio*.

Outro erro grave foram os *bailes*. Démos este nome, não só aos tiroteios nocturnos com as forças do littoral, como ás expedições á Armação, para retirar munições. Muita valentia, muito pouco amor á vida, mas pouco ou nenhum resultado para o bom exito da revolução.

Não se dirá, á vista do que ahi fica narrado, que não sei avaliar os erros commettidos. Mas o historiador imparcial ha de por sua vez confessar que estes erros foram o melhor auxiliar para a facil victoria do marechal Floriano Peixoto.

VI

Primeiros dias

Neste meu diario de bordo, onde vou consignando os acontecimentos, á medida que delles tenho noticia ou nelles tomo parte, não ha a menor pretenção a coordenal-os na ordem de um livro, segundo um plano longamente meditado. Por isto, muitas vezes acontecerá ter eu de retroceder, para preencher lacunas, muito naturaes nas circumstancias anormaes em que nos achamos, e relatar factos anteriores que, ou por esquecimento, ou por ignoral-os na occasião, não passei para este meu diario, que só tem uma pretenção: ser a transcripção fiel do que se passou, sem procurar esconder ou mascarar a verdade.

Assim é que, só com data de 15 de setembro, encontro o seguinte:

O capitão de mar e guerra Frederico Guilherme Lorena (hoje fuzilado, sem fórma de processo!!!) embora envolvido na conspiração, só veiu para a esquadra no dia 8. Na noite de 5, assistiu á representação dos *Huguenottes*, no theatro Lyrico; nos dias 6 e 7, tratou de negocios particulares, e no dia 8 compareceu á reunião de officiaes realisada no

quartel-general da armada, a convite do chefe do Estado-Maior General.

Finda a reunião, o sr. Lorena foi á sua residencia, preparou uma pequena caixa de folha na qual acondicionou todo o seu fardamento e mais roupas de uso e fêl-a transportar para bordo do vapor *Aymoré*, que estava atracado ao trapiche do Lloyd.

De noite, dirigiu-se para aquelle navio, atravessando o contingente de tropa que alli já estava estacionado, sob o commando do major Martiniano Ferreira, e embarcou, sem ser reconhecido, sem despertar sequer a menor suspeita!

O *Aymoré*, que era commandado pelo 1° tenente Arnaldo Sampaio, estava de fógos abafados, segundo instrucções anteriormente dadas, afim de seguir, de noite, a incorporar-se á esquadra.

O Sr. Lorena consegue entrar no navio; mas, logo depois, a força que estava no trapiche, desconfia e procura aprisional-o. O Sr. Lorena esconde-se no porão, dá ordem para o navio dar de mão á amarra, e o *Aymoré*, com a machina a toda a força, desatraca, sob ronhido fogo de fuzilaria. A's dez horas da noite, fundêa nas proximidades do *Aquidaban*, e, pouco depois, o Sr. Lorena estava no meio de nós.

——

Convém consignar aqui os serviços importantes que nos estão prestando os navios da Companhia Frigorifica. Esses navios são: *Pallas*, *Venus*, *Urano*, *Mercurio*, *Jupiter* e *Marte*. Os seus porões

estão cheios de generos de toda sorte e de bebidas, e nas suas geleiras guardamos a carne para a nossa alimentação.

Todos os seus commandantes estavam combinados comnosco, para tomarem parte no movimento. Apenas o do *Mercurio* recusou-se e veiu para terra.

O do *Venus*, o sr. Pereira da Cunha, só a 9 assumiu o commando, devido a motivos muito curiosos.

Este valente marinheiro tinha-se envolvido nos acontecimentos do *Jupiter*, quando este navio forçou a barra do Rio-Grande do Sul. Aprisionado este pelo *Republica*, nas aguas de Santa Catharina, vieram todos os prisioneiros para o Rio, onde estiveram recolhidos na fortaleza de Santa Cruz.

Concedida a ordem de *habeas-corpus*, os presos civis foram soltos, e com elles o sr. Pereira da Cunha, dias antes de rebentar a revolução da armada, da qual nenhum conhecimento tinha.

Mas, achando-se na capital, sabe por um amigo officioso que o marechal Floriano vai de novo mandar prender a todas as pessoas implicadas no caso do *Jupiter*, não obstante a concessão de *habeas-corpus*. O distincto rio-grandense, homem corajoso e energico, não se tendo dado bem com os ares de Santa Cruz, resolve evadir-se do Rio, arma uma pequena chalupa, abastece-a de viveres e de tudo quanto precisa para uma longa travessia, e, na noite de 5 de setembro, sai barra fóra, seguindo rumo

do Sul, sem saber que a esquadra ia içar, horas depois, o pavilhão branco da revolta.

O tempo, porém, estava ruim e era arriscado aventurar-se em tão fragil embarcação. O sr. Pereira da Cunha aproou, pois, á praia de Marambaia, onde permaneceu dous dias. Mas o tempo peiorava e a tempestade parecia não querer ceder. O commandante, no dia 8, decidiu regressar; entrou no porto, sem que o movimento dos navios despertasse a sua desconfiança e foi para a Ilha da Pambéba, onde tinha um amigo. Foi este quem o poz ao facto dos acontecimentos, e o bravo commandante apressou-se a vir para bordo do *Aquidaban*, assumindo, depois, o commando do *Venus*.

—

Hontem, 9, foi resolvido um ataque nocturno ao quartel de policia de Nictheroy. Organisou-se uma expedição composta de algumas lanchas e da canhoneira *Marajó*, que foi rebocada.

Ao chegarem ao canal de Mocanguê, rompeu fogo de terra, com grande espanto nosso, pois muitas têm sido as promessas de auxilios, por parte do povo, que a bordo têm vindo fazer, em nome do dr. Portella, varios emissarios, entre os quaes, o coronel Gomes Machado.

Seremos mais uma vez enganados e ficaremos reduzidos ás nossas proprias forças?...

A expedição foi, infelizmente, mal succedida, e alguns collegas meus atiram as culpas ao tenente Vinhaes, que nella tomou parte. Parece-me, porém,

que os culpados somos todos nós, pois que—é dura confessal-o!—não ha, entre nós, a união que deveria haver e sem a qual nada conseguiremos. A mania dos *grupos* já nos vai causando muito mal: dahi os desgostos que começamos a sentir.

Diariamente, recebemos os jornaes de terra, e é para nós um regalo ler tanta mentira junta! Onde foram elles descobrir que o pret das praças é pago em vales? Não tem havido pagamento, nem em dinheiro nem em vales, pois que não dispomos de recursos pecuniarios. Todos nós, do ultimo marinheiro á patente superior, não precisamos de *dinheiro* para nos batermos.

Accrescento a este topico do meu diario que a guarnição do *Aquidaban* e dos demais navios só começou a receber vencimentos em Santa Catharina, e os que aqui ficaram, quando o Sr. Saldanha assumiu o commando da esquadra.

Hontem, 13, appareceram a bordo do *Aquidaban* os deputados tenente-coronel Vicente Espirito-Santo e tenente Jesuino de Albuquerque, este pela Capital Federal e aquelle por Pernambuco.

O sr. Espirito-Santo, que, na vespera, tinha feito na Camara um discurso em que dizia que, apezar de suas immunidades parlamentares, a força do caes Pharoux não o deixara embarcar, contou-nos que tinha ido pela estrada de ferro Central até S. Francisco Xavier; dahi dirigiu-se a pé até a Penha, onde conseguiu, á força de ameaças, que um catraeiro o trouxesse até cá.

Nesse mesmo dia 13 houve o primeiro bom-

bardeio, e o almirante, por mera gentileza, mandou offerecer o commando de uma das torres ao tenente-coronel Espirito-Santo, o qual, com grande pasmo nosso, julgou-se offendido com essa offerta e declarou em tom exaltado que absolutamente não atirava contra irmãos de armas. O que vinha então fazer a bordo?

Dias depois, sob um pretexto futil, esse deputado teve uma altercação com o immediato do *Aquidaban* e disse ao almirante Mello que se retirava. Effectivamente, partiu em um vapor mercante para Pernambuco, onde foi preso por ordem do marechal Floriano, que o mandou processar como desertor e que, conforme me disseram mais tarde, sempre ignorou que o sr. Espirito-Santo e seu companheiro Jesuino, que o acompanhou na retirada, tivessem sido dos nossos durante alguns dias.

Tem havido a melhor harmonia entre as pessoas que se acham a bordo do *Aquidaban*, e o *Paiz* inventa, quando fala em conflicto com o deputado Seabra. Mas é preciso *inventar*, para merecer as boas graças do Itamaraty.

Tambem não é exacto que se tenham dado evasões de praças de bordo para terra. Pelo contrario, toda a marinhagem, incluindo a mercante, mostra-se enthusiastica pela revolta.

No dia 13, o almirante Mello enviou uma mensagem ao marechal Floriano, a qual foi entregue, no Arsenal de guerra, pelo seu secretario Belfort Guimarães, aos generaes Pego Junior e Cantuaria, que alli se achavam.

Essa mensagem relatava o plano de guerra do almirante, convidava o marechal a largar o poder e dava-lhe um prazo para responder, findo o qual, romperia o fogo.

Effectivamente, não tendo tido resposta, o almirante deu ordem de começarem as hostilidades. Rompeu então o fogo de bordo do *Republica* e da *Trajano*, mas convergindo apenas para os pontos fortificados, emquanto o *Aquidaban* e *Javary* dirigiam as suas pontarias para as fortalezas da barra.

Nessa occasião, aproou ao *Aquidaban* uma lancha em que vinha o almirante Saldanha, que foi recebido a bordo com vivas dados pela guarnição.

Dirigindo-se ao Sr. Mello, pede-lhe para que interrompa o fogo até que se tenha entendido com o governo e volte a communicar-lhe a resposta.

E, com effeito, o sr. Saldanha dirigiu-se para o Arsenal de marinha, e, ahi, encontrando-se com o contra-almirante Balthazar da Silveira, pediu-lhe o favor de ir ao Itamaraty conferenciar com o marechal Floriano Peixoto, afim de que este désse uma solução á lucta que se estava travando entre as classes armadas, evitando que esta proseguisse, com grave prejuizo para o paiz.

O sr. Balthazar accedeu ao pedido, e foi sem demora ao Itamaraty, onde falou com o marechal, que lhe declarou que «desconhecia os intuitos da revolução»,—declaração esta que admira, pois que o manifesto do sr. Mello era bem claro.

O contra-almirante, dando por terminada a sua missão, retirou-se e foi communicar a resposta ao

sr. Saldanha. Este, por sua vez, dirigiu-se de novo ao *Aquidaban*, onde a muito custo poude chegar á fala, pois que o possante encouraçado se achava em operações de guerra. O nosso chefe, com effeito, que bem conhece o caracter do marechal, não tinha nenhuma confiança na intervenção officiosa do sr. Saldanha.

Posto ao facto do que occorrêra, o sr. Mello respondeu que o principal intuito da revolução era retirar o poder ao marechal, cujos desmandos e violencias já tinham sacrificado demais a nossa querida patria.

O almirante Saldanha foi de novo ter com o seu collega Balthazar, que, desta vez, não conseguiu ser recebido no Itamaraty.

Está, pois, bem patente que o marechal não quer ceder: a lucta vai se travar entre dous homens egualmente teimosos, e sabe Deus quando terminará!...

Perdidas as esperanças de um accôrdo para evitar o derramamento de sangue entre irmãos, o tenente Belfort e o coronel Jacques Ourique foram a Santa Cruz communicar o inicio das hostilidades por parte da esquadra.

Ahi houve calorosa discussão entre o coronel e alguns officiaes.

Um delles chegou a dizer a Jacques Ourique:

—Admira-me que o senhor, um official do exercito, que foi victima de Custodio de Mello, em 10 de abril, venha em nome delle intimar uma fortaleza, dizendo que a vai hostilisar!

Um pouco mais, e o coronel era preso.

Pouco tempo depois de se retirarem os nossos dous officiaes, deu-se um facto curioso na encosta do morro que dá subida para o Pico que fica a cavalleiro da fortaleza de Santa Cruz.

De bordo do *Aquidaban*, em posição de combate, vimos naquelle logar uma explosão, evidentemente de polvora, e por muito tempo ficámos ignorando qual a sua causa. Suppunhamos que, fosse algum signal combinado para terra, pois que logo depois, Santa Cruz rompeu fogo contra nós, sem que respondessemos, em consequencia da intervenção do sr. Saldanha, acima exposta.

Afinal viemos a saber que a nossa supposição era erronea e que a verdadeira causa da explosão era esta :

O commandante da fortaleza, que desde o dia 6 se estava preparando para responder e resistir á esquadra, com cujo ataque contava,mandára transportar grande quantidade de polvora para guarnecer as baterias. Uma barrica de polvora que se molhára, tinha ficado naquelle logar,exposta ao sol, afim de seccar; rolou, por acaso, e um dos pregos das aduelas, roçando na polvora, produziu a explosão.

Por sua vez, o commandante, ao ver a explosão, suppoz que fosse motivada pela queda de alguma granada da esquadra, tomou isso como o inicio do bombardeio e... rompeu fogo.

E ahi está como uma explosão de polvora póde ser interpretada de modos diversos por dous antagonistas, sem que nenhum d'elles atine com a sua verdadeira causa.

VII

O primeiro torpedo

O homem do mar, apezar de familiarisado com o perigo e de encarar sempre a morte frente a frente é supersticioso. A religião afugentada pelo raciocinio frio do sabio, vai-se refugiar no peito do marinheiro.

E dir-se-ia, na verdade, que a providencia divina nos protege e se compraz em desfazer as ciladas que os nossos inimigos nos armam a cada instante. Ainda não ha muitos dias, inscrevi no meu canhenho a vergonhosa invenção da machina infernal, e hoje tenho de passar para aqui mais um machiavellico trama do tão apregoado governo legal, para abafar a revolta, pois que todos elles são bons para quem não tem escrupulos.

Mas contemos o caso como o caso se deu: elle, por si só, dispensa qualquer commentario.

O almirante Mello teve, ha dias, aviso de que o governo havia comprado por 80 contos uma lancha chamada *Joanna*, com o intuito de nella pôr um torpedo que seria lançado contra o *Aquidaban*.

O aviso era grave, e, entretanto, apezar disto, pouca ou nenhuma importancia se lhe deu. A maio-

ria dos meus companheiros dizia que tal cousa não era possivel.

Este simples facto veiu confirmar a opinião que outros anteriores e de menor importancia me tinham suggerido, isto é, que, pela nossa educação, não estavamos preparados para luctar com um inimigo dessa ordem, pois que somos incapazes de commetter atrocidades e, *ipso facto*, julgamos o adversario pelo que somos. Nas revoluções, é preciso desconfiar de todos e de tudo, e lá diz o antigo dictado: o seguro morreu de velho.

Passam-se dias, e novo aviso é dirigido para bordo, mais circumstanciado desta vez. A lancha *Joanna*—dizia o amigo anonymo—está fundeada na praia do Sacco do Alferes, onde foi levantado um barracão, tendo sido aquella e este pintados de preto. E' neste barracão que está sendo fabricado o torpedo que deve metter a pique o *Aquidaban*. Mais ainda: a bandeira ingleza alli fôra hasteada, para esconder a torpeza e não despertar suspeitas.

Desta vez, a denuncia era tão formal, que começou a haver um pouco mais de vigilancia a bordo, não só do valente couraçado como dos demais navios da esquadra.

Passam-se ainda dous dias, e vem a bordo do *Aquidaban* o nosso proprio informante generoso, o sr. Borlido, e diz-nos que, naquelle dia, á tarde, a lancha *Joanna* viria *com a bandeira ingleza*, lançar o torpedo, e isto no momento em que o *Aquidaban* estivesse empenhado no bombardeio contra as fortalezas.

Justiça seja feita ao sr. marechal e aos seus amigos: sabem planejar as suas machinações tenebrosas. De facto, occupados com as nossas operações de guerra, a approximação de uma lancha com bandeira ingleza nenhuma suspeita poderia suscitar, e o torpedo executaria sua obra de destruição. Estava, porém, marcado pelo destino que, mais uma vez, os planos do governo, apezar de engenhosos, fossem frustrados.

Nesse dia, com effeito, não houve bombardeio, e a lancha, passando por perto do *Aquidaban*, foi ancorar na enseada da Jurujuba, em frente a Icarahy... sem lançar o menor torpedo.

O que custa, porém, a acreditar, e o que entretanto é a pura verdade, é que, apezar das affirmações tão categoricas do sr. Borlido, a passagem da lancha não provocou a menor desconfiança, e nem sequer se tomaram providencias para burlar o plano inventado e executado pelo então capitão-tenente José Carlos de Carvalho, que é a *alma damnada* do marechal Floriano e o inimigo mais perigoso que temos!

Afinal, á noite, o *Aquidaban* começou a projectar insistentemente o seu holophote sobre a enseada da Jurujuba, e de bordo, por varias vezes, sahiram lanchas e torpedeiras para irem aprisionar a lancha-torpedo, sem que nenhuma dellas lhe conseguisse descobrir o paradeiro.

Essas expedições tiveram um unico resultado: sobresaltaram constantemente os que se achavam a bordo, pois que, todas as vezes que regressavam

as lanchas e torpedeiras, suppunha-se que fosse a do torpedo.

Assim se passaram outros dous dias, e afinal, na tarde do terceiro, vem a bordo do *Aquidaban*, em uma lancha do *Sirius*, navio chefe da esquadra ingleza, o tenente Stuart e declara ao almirante Mello que ia á enseada da Jurujuba aprisionar uma lancha que alli se achava fundeada, sob pavilhão inglez, afim de lançar, em occasião opportuna, um torpedo no costado do *Aquidaban*. Dito isto, retirou-se para ir cumprir a commissão de que estava incumbido.

Pelas oito horas da noite, por communicação vinda da Ilha das Enxadas, soubemos o seguinte:

O tenente Stuart encontrou, com effeito, a lancha, fundeada na enseada da Jurujuba e effectuou a sua captura. Em seguida dirigiu-se com ella para bordo do *Sirius*. Ahi desembarcou a tripulação, que era composta de nacionalidades differentes: americana, ingleza, allemã, franceza e brazileira. esta representada por uma praça do 8º batalhão da guarda nacional e um *secreta* da policia,— uma verdadeira salada russa.

O torpedo estava fabricado segundo todas as regras e perfeitamente carregado, e a bordo da lancha havia ainda, como sobrecellente, tres caixões contendo 632 cartuxos com dynamite e varios outros artefactos que pudessem ser aproveitados.

O *captain* Lang, commandante do *Sirius*, depois de ter interrogado os individuos que compunham a

tripulação, remetteu-os para os navios de guerra de suas nacionalidades.

Entre esses individuos, vulgares mercenarios, achava-se o capitão inglez Boyton, que declarou ter feito varias viagens, como commandante de navios mercantes, ao Japão e á China, e accrescentou que havia, ha pouco tempo, requerido privilegio para um systema de cartões premiados para a fiscalisação da cobrança das passagens nas estradas de ferro e nos bonds.

« Duas vezes, affirmou o capitão Boyton, tentei investir, para lançar o torpedo ; mas a machina da lancha soffreu um pequeno desarranjo, que me impediu de executar o plano. »

Mas, apezar de tal affirmação, na esquadra ficámos convencidos de que esses mercenarios tiveram medo e não quizeram correr o risco de uma expedição que lhes podia custar a vida, muito embora a bandeira ingleza lá estivesse içada na lancha, para os proteger.

O capitão Lang, conjunctamente com os caixões de dynamite e a carga do torpedo, enviou os dois brazileiros ao almirante Saldanha, que os fez recolher á fortaleza de Villegagnon, ficando a dynamite depositada no paiol da ilha das Cobras.

Estes dous mercenarios confessaram — cousa curiosa ! — que tinham estado, em palacio, com o marechal Floriano e que fôra o vice-presidente da Republica em pessoa quem lhes déra as instrucções para a expedição, vindo elles depois, em carro, do Itamaraty até ao caes designado para o embarque.

Como acontecera com a machina infernal e julgando desta vez serem mais bem succedidos, lá estiveram no littoral, aguardando o resultado do torpedo, o marechal Floriano, os srs. José Carlos de Carvalho e João Filippe Pereira, ministro da industria e um dos bons auxiliares do governo... para essas cousas.

Dias depois, o marechal, para fazer desapparecer individuos compromettedores, mandou perguntar ao almirante Saldanha com que direito conservava presos na fortaleza de Villegagnon dous cidadãos brazileiros, e o almirante commetteu a fraqueza de os entregar.

O ministro inglez, naturalmente, reclamou logo contra o facto gravissimo de se ter o governo utilisado, para commetter tão vergonhosa acção, da bandeira ingleza (a reclamação ainda hoje está de pé). Mas o marechal respondeu que não sabia o que similhante cousa significava, pois que de nada tinha conhecimento...

O capitão Lang, como era seu direito, tomou conta da lancha *Joanna*, mandou-a pintar com as côres da sua esquadra, collocar na pôpa, bem á vista, o famoso torpedo e servia-se della, todas as vezes que tinha de ir a terra. Era nella que muitas vezes ia e vinha o corpo diplomatico.

Todos quantos frequentavam os caes de desembarque — arsenal de Marinha, praças Municipal e da Harmonia — tiveram occasião de ver lancha e torpedo, cujo destino foi bem diverso daquelle que lhe assignaláram os *amigos* do marechal.

VIII

A attitude da esquadra extrangeira

Foi tão importante e tão caracteristica a attitude assumida pela esquadra extrangeira durante a revolta, que me pareceu mais interessante colligir, em um só capitulo, todas as notas que a respeito fui tomando, á medida que se desenrolavam os acontecimentos.

Como já tive occasião de dizer, ao romper a revolta a 6 de setembro, achavam-se fundeados na bahia navios de guerra pertencentes ás marinhas franceza, ingleza, portugueza e italiana.

O almirante Mello, apenas assumiu o commando da esquadra, mandou o seu secretario Belfort Guimarães a bordo dos navios extrangeiros communicar que tinha içado o seu pavilhão no *Aquidaban* e ia começar a lucta contra o governo do marechal Floriano, ao que os commandantes responderam que ficavam scientes.

Dahi em deante, todas as vezes que surgiam reclamações ou eram necessarias explicações sobre occurrencias que se davam com as nossas embarcações e os navios mercantes extrangeiros, iam os

officiaes, em segundo uniforme, em lancha, com o pavilhão das suas nacionalidades, entender-se com o nosso almirante, e este por sua vez enviava a bordo da esquadra extrangeira o seu secretario.

Depois, começou a tróca de notas, e na maior parte das vezes, senão em todas, o sr. Mello tinha a satisfacção de ver attendidas as suas reclamações, por parte do marechal, graças á intervenção dos commandantes extrangeiros que, reunidos collectivamente, apoiavam essas reclamações.

Era evidente que, fosse por espirito de classe, fosse por sympathia inteiramente com a nossa causa, elles procuravam não nos levantar empecilhos e attendiam aos nossos pedidos. Assim é que, quando o almirante Mello convidou a esquadra extrangeira para procurar outro ancoradouro no fundo da bahia, para não estorvar as nossas operações, ella promptamente accedeu e, ás 7 horas da manhã do dia 13 de setembro, retirou se para traz da ilha das Enxadas.

O marechal Floriano entendeu que tinha o direito de guarnecer os morros da cidade com artilheria de grosso calibre; mas, ao mesmo tempo, queria que não respondessemos a esses fogos, isto é, que não atirassemos para a cidade.

O almirante Mello dirigiu então uma nota ao commandante extrangeiro mais antigo, que, nessa occasião, era o sr. Lang, do *Sirius*, solicitando providencias para que fizesse cessar os fogos de artilheria grossa dos morros, sob pena de romper o

compromisso verbal que tomára de não hostilisar a cidade.

O marechal, a quem foi communicada esta reclamação, respondeu que, não havendo provocação, as baterias dos morros permaneceriam mudas.

Dias depois, soube-se que o vapor *Barão de S. Diogo*, atracado na Saude, estava sendo armado e guarnecido por forças de terra. A' vista disto, o sr. Mello mandou declarar á esquadra extrangeira que ia aprisionar aquelle navio, e que, se fosse hostilisado de terra pela artilheria dos morros, responderia com canhões do mesmo calibre, o que equivalia a dizer que bombardearia a cidade.

Essa determinação foi acceita pela esquadra extrangeira, tanto assim que o ministro inglez mandou pregar boletins em terra, convidando os seus compatriotas a retirarem-se.

O almirante Mello mandou uma divisão composta da *Trajano*, dous navios frigorificos, uma lancha, e uma torpedeira, ficando o *Aquidaban* no poço á espera do procedimento das baterias de terra. Estas romperam fogo, que foi correspondido. Mas a divisão não podia resistir aos canhões de grosso calibre. A' vista disto, o almirante Mello deu ordem para que o *Aquidaban* fosse em auxilio da *Trajano* e dos outros navios. Mas o sr. Alexandrino não executou a ordem, pois não queria prejudicar a cidade, o que dá a entender que elle mandava mais do que o chefe supremo.

O commandante Lang reuniu então os seus collegas, e, após prolongada conferencia, ficou resol-

vido intimar o marechal Floriano a retirar sem demora os canhões dos pontos fortificados, sob a fiscalisação da esquadra extrangeira. O vice-presidente da Republica mais uma vez teve de ceder.

Foi o sr. Castilho o encarregado de levar, a bordo do *Aquidaban*, a resposta do marechal. Eram 7 horas da noite, e, não contando nós com essa visita, recebemos a lancha em que vinha aquelle commandante—que era a lancha *D. Carlos*—com tiros de fusil. Afinal, o sr. Castilho foi reconhecido e fallou com o sr. Mello, a quem não conhecia pessoalmente e com quem conversou longamente, narrando a sua vida e promettendo-lhe enviar, no dia seguinte, todos os documentos sobre a sua existencia politica, o que effectivamente fez.

Os holophotes, assentados na Gloria e no Caju', tambem provocaram a intervenção extrangeira. O almirante Mello, com effeito, considerando esses holophotes como um apparelho de guerra e que, sendo assim, não podia mais o Rio ser considerado cidade aberta, fez a sua reclamação. O marechal respondeu que tinha o direito de fiscalisar as praias, e que só para este fim mandára assentar os holophotes. Mas o almirante não se deu por convencido e retorquiu, affirmando que o holophote da Gloria, principalmente, servia para illuminar Villegagnon, expondo-a assim á pontaria das fortalezas da barra.

A esquadra extrangeira obteve então do marechal que o referido holophote não tornasse á pro-

jectar com insistencia a sua luz sobre Villegagnon.

Outra reclamçaão houve a proposito da permanencia do rebocador *Audaz*, na doca da Alfandega, onde estava sendo armado. Tendo noticia deste facto, o sr. Mello reclamou da esquadra extrangeira que fizesse com que o marechal dalli retirasse a lancha. Informado disto, este respondeu que o *Audaz*, não só não estava sendo armado, como tinha até a machina avariada. Mas o almirante, convicto de que tal cousa era inexacta, intimou que fosse retirada da doca a lancha sem o que elle mesmo o faria, pela força.

O marechal manteve a sua primitiva affirmação e não executou a intimação. Deante dessa attitude, o sr. Mello communicou á esquadra extrangeira que ia pôr em execução a sua ameaça. Mais tarde, falaremos deste incidente. Por ora, limitemo-nos ao titulo deste capitulo.

E' crença geral que a esquadra allemã nunca interveiu a nosso favor e que a sua attitude foi sempre a da mais estricta neutralidade.

Esta crença basêa-se no facto de *nunca* ter o almirante allemão firmado com seu nome as notas diplomaticas dirigidas ao marechal. Os que assim pensam ignoram a realidade dos factos.

Quando entrou no nosso porto a esquadra allemã, poucos dias depois de iniciada a revolta, o seu chefe communicou ao almirante Mello que qualquer reclamação que tivesse a fazer lh'a dirigisse

a elle pessoalmente, pois que deliberaria por si mesmo, isoladamente, e era sua firme tenção não tomar parte nas deliberações collectivas das demais esquadras extrangeiras, ás quaes, aliás, nunca apresentou o menor embaraço.

Mas nem por isso se julgue que, assim procedendo, o commandante allemão tinha por fim proteger o governo do marechal Floriano. Para dosvanecer tal convicção, bastará citar alguns factos.

Tendo entrado em nosso porto dous navios allemães com carregamento de munições de guerra para o governo, o almirante allemão, attendendo promptamente ao pedido do sr. Mello, impediu que esses navios descarregassem o manteve-os sob a sua vigilancia até o dia 13 de março.

Outro facto.

O marechal precisava mandar para o Sul armamento e munições. Graças á intervenção do inventivo capitão-tenente José Carlos de Carvalho, conseguiu entrar em accôrdo com a companhia de paquetes allemães para que se estabelecesse uma carreira de vaporos para o Sul e outra para o Norte.

Ao receber aviso disso, o almirante Mello sem demora reclamou, accrescentando que o primeiro paquete a partir, o *Corytiba*, estava sendo carregado por conta do governo; o chefe da esquadra allemã attendeu-o logo o não só declarou ao marechal que não permittiria similhanto cousa, como ordenou uma busca naquelle navio.

Quando se deu o facto do *Audaz*, a que me referi ha pouco e que o meu collega Belfort Guima-

rães foi a bordo do *Alexandria* communicar a resolução do almirante Mello, o commandante allemão declarou que consentiria no bombardeio da cidade, exigindo apenas o prazo de 24 horas para salvaguardar as vidas de seus nacionaes.

Este procedimento foi seguido pela esquadra extrangeira, inclusive a allemã, durante todo o tempo que durou a revolta, excepção feita da esquadra americana, da qual me occuparei depois. As nossas relações com os officiaes extrangeiros eram as mais cordiaes possiveis. Tanto nós como elles vestiamos o segundo uniforme, todas as vezes que iamos ou elles vinham a bordo dos navios, entender-se com os almirantes.

Querendo fazer uma concessão amigavel—e isto foi um erro—tanto o sr. Mello como o sr. Saldanha permittiram o uso de bandeiras extrangeiras ás lanchas nacionaes que davam reboque ás embarcações com carga recebida dos paquetes e navios extrangeiros, conforme o que dispõe o regulamento da capitania do porto.

Todas as vezes que eram aprisionados subditos de nacionalidade extrangeira ou quando alguns dos que se achavam a bordo dos nossos navios se queriam retirar, aquelles almirantes enviavam-nos aos navios de guerra das suas nacionalidades. Este procedimento provocou um incidente que foi narrado phantasticamente pelos jornaes officiosos.

Um francez chamado Dumont, que o *Paiz* e o *Tempo* tanto endeusaram, pela sua valentia nas trincheiras do littoral, tinha feito varias vezes a

IX

A Ilha das Cobras

Factos se deram na bahia do Rio de Janeiro que tiveram como theatro o mesmo logar, embora em epochas differentes, e que, para melhor harmonia desta despretenciosa narração, convem reunir sob a mesma epigraphe. Segui este systema no capitulo precedente: vou continual-o neste.

Já tive occasião de dizer que o batalhão naval, composto de 250 praças e aquartelado na Ilha das Cobras, se retirou para a esquadra, no dia 6 de setembro, depois de ter tido a precaução de encravar todas as peças de artilheria da fortaleza daquella Ilha.

Alli ficaram apenas os doentes do hospital de marinha e os galés do presidio.

No dique, estavam uma torpedeira de alto-mar e o vapor *Purús*. Tendo o almirante Mello resolvido inutilisar as peças das machinas desses navios, mandou para esse fim um official que executou rapidamente a ordem recebida.

Emquanto desempenhava esta missão, soube o official, que havia dias que os galés estavam sem

comer. A fome é má conselheira, e essa gente, cujos instinctos já eram perniciosos, havia se enfurecido. Urgia tomar uma providencia.

Nessa mesma occasião, um contingente do batalhão naval teve de vir ao quartel buscar fardamento e outros objectos. Antes de se retirarem e scientes do que se passava, os soldados atiraram para dentro do presidio as chaves, dando assim liberdade aos galés.

Grave imprudencia foi esta, cujas consequencias podiam ser desastrosas. Com effeito, uma vez soltos, os galés trataram logo de se embriagar e, feito isto, começaram a varejar algumas casas que se achavam fechadas, commettendo tropelias. Manda, porém, a verdade confessar que não offenderam nem desacataram pessoa alguma e nem sequer pensaram em evadir-se.

Foi o sr. Saldanha da Gama quem salvou a situação. Avisado do que se passava, pelo pessoal do hospital, dirigiu-se logo para a ilha e foi ao encontro dos galés, que, apezar do seu estado de embriaguez, o receberam bem. Apenas um tentou aggredil-o. Mas, valente como é, o almirante fez frente ao galé, que teve de recuar.

Feito isto, o sr. Saldanha declarou que, á vista das circumstancias, podiam considerar-se livres e tomar o destino que quizessem. Alguns evadiram-se como puderam e outros foram servir na esquadra.

Este incidente fez com que o almirante Salda-

nha tomasse conta da ilha e disto désse parte ao governo.

Desse dia em deante, mandou guarnecel-a com um destacamento de aspirantes, que era rendido diariamente, assumindo o commando effectivo o 1° tenente Antonio Julio de Oliveira Sampaio.

Dessa data em deante, os nossos doentes, que até então só iam para a Ilha das Enxadas, começaram a ser recebidos no hospital da Ilha das Cobras, emquanto os mortos, que até alli eram sepultados na Ilha de Paquetá, foram para terra, para o cemiterio do Cajú.

Sobre os ataúdes havia sempre uma corôa com esta inscripção: *Saudades da esquadra*.

Assim se mantiveram as cousas na Ilha das Cobras, sem que o marechal Floriano pudesse ter alli a menor interferencia. E, apezar disso, continuou a abastecer o hospital e a consentir que o pessoal medico e administrativo communicasse diariamente com a terra.

Em meiados de novembro, o almirante Saldanha começou a desoneravar a artilheria e a fortificar diversos pontos da ilha, e, de accôrdo com o contra almirante Pereira Guimarães, chefe sanitario, resolveu transferir o hospital para a Ilha das Enxadas.

O dr. Pereira Guimarães convidou então para acompanhal-o aos seus collegas, bem como aos internos e demais pessoal.

A esse convite accederam apenas os drs. Affonso Henriques, Thomaz de Aquino, Santos Abreu

e Silva Lima, o interno Breta Neves e o pessoal da pharmacia, isto é, pharmaceutico Guilherme Hoffmann Filho, os praticos, os enfermeiros e serventes. De terra vieram os drs. Daniel de Almeida e Joaquim Botelho, e o pharmaceutico Breta Neves irmão do interno.

Assim que começou a artilhar a ilha, o almirante Saldanha tomou conta do edificio do commissariado e delle retirou tudo que podia servir, como fardamento novo para o pessoal e material de navegação e de guerra, que alli havia em abundancia.

Convèm aqui mencionar um pequeno facto. Quando a imprensa officiosa do marechal denunciou o procedimento do sr. Saldanha e perguntou como era que o governo consentia que elle se estivesse armando, o pseudo-chefe do commissariado, contra almirante Lopes da Cruz, que, desde que o almirante tomou conta da ilha, não mais alli voltou, veiu declarar em resposta que *não era exacta a informação de que de sua repartição se estivessem retirando objectos alli em deposito*!!

A verdade é que o governo, que de tudo sabia, em tudo consentiu e continuou a abastecer o hospital até 9 de dezembro, isto é, até o almirante Saldanha da Gama declarar-se a nosso favor.

Na tarde desse dia, o almirante nomeou o capitão-tenente João Velloso de Oliveira commandante geral da Ilha das Cobras e transferiu para alli o quartel dos aspirantes, assumindo o commando da fortaleza o 1° tenente Sampaio.

Para terminar este pequeno mas instructivo capitulo, devo accrescentar que, desde o tempo da sua neutralidade, o sr. Saldanha havia installado, na praia denominada das Moças e situada naquella ilha, uma pequena officina, que com outras alli existentes fazia todos os concertos de que os nossos navios precisavam. Para esse fim organizara, alli e na Ilha das Enxadas, um corpo de operarios, e isto logo que rebentou a revolução.

X

Bombardeios

Quando, no primeiro mez de lucta, nos approximavamos de terra e atiravamos para as forças que guarneciam o littoral, os jornaes officiosos, inventando como sempre, annunciavam que tinhamos tentado um desembarque, mas que foramos repellidos energicamente pelas briosas forças legaes! Ora, a verdade é um tanto diversa: nunca cogitámos em desembarque; os nossos tiroteios tinham apenas por fim facilitar o aprisionamento das pequenas embarcações atracadas aos cáes,—o que sempre conseguimos, apezar da viva fuzilaria de terra.

São estas, bem sei, pequenas minudencias que, á primeira vista, parecem sem importancia, mas que, entretanto, devem interessar aos que procuram esquadrinhar toda a verdade, nos seus mais infimos recantos.

Foi no terceiro bombardeio que uma bala de S. João attingiu o *Aquidàban*, penetrando no convez, derrubando a bitacula de ré e indo explodir nocamarim do almirante Mello, onde poz tudo em estilhaços, sem felizmente ferir ninguem.

No seguinte bombardeio, penetrou outra bala

no reducto de ré, e ahi uma granada de um dos dous canhões que estavam de pé, com o chóque, cahiu e explodiu, assim como um pequeno caixão de polvora. Resultou desse incidente ficarem feridos tres marinheiros e chamuscado levemente o commandante do reducto, 1°. tenente Pedro Velloso Rebello, que auxiliado por alguns marinheiros, conseguiu abafar o incendio que se manifestára na tinta de um dos canhões, sendo depois medicado pelos drs. Bicalho Hungria e Dermeval da Fonseca.

Cumpre accrescentar que tanto a *Trajano* como o *Republica* nunca foram attingidos por balas, nos bombardeios ás fortalezas.

Em um dos bombardeios contra Nictheroy, o sr. Pereira da Cunha, commandante do *Venus*, achava-se occupado em endireitar o reparo de um canhão de tiro rapido. Uma praça naval, por descuido, chegou-se á culatra do canhão e fel-o disparar, fazendo a bala voar a parte superior do rosto do infeliz commandante.

O cadaver de Pereira daCunha foi transportado para a Ilha das Cobras e dahi para o Cajú, onde foi sepultado.

Esta morte causou geral consternação, pois o commandante era um valente marinheiro e guerreiro intemerato. Anteriormente tinha prestado bons serviços na expedição do *Jupiter* ao Rio-Grande, e agora era um dos nossos melhores e mais activos auxiliares, tendo-se salientado na expedição da Ilha dos Ferreiros, onde, com risco da pro-

pria vida, conseguiu a bordo de uma lancha, sob o fogo vivissimo das baterias de terra, aprisionar dous grandes batelões com carvão.

O almirante Mello, em homenagem á memoria deste valente, deu o seu nome ao frigorigco *Venus*.

Na manhã de 24 de setembro, houve na bahia forte pampeiro. O *Aquidaban*, que estava fundeado no poço, á noite, garrou o foi do encontro ao *Uranus* que, graças á pericia do seu bravo commandante Costa Mendes, poude safar-se, soffrendo apenas pequenas avarias nas obras mortas e em um escaler de bordo.

A impetuosidade desse pampeiro foi tal, que arrastou quasi todos os navios da esquadra. O cruzador *Almirante Tamandaré* e a canhoneira *Marajó* foram parar quasi em frente ás fortalezas da barra, que aproveitaram a occasião para bombardeal-os. Mas as guarnições dos rebocadores corajosamente os fizeram safar da perigosa situação.

Tenho mais uma vez de deixar consignado aqui, por amor á verdade, a imprevidencia com que eram tomadas certas resoluções a bordo da esquadra.

Tendo os navios garrado, resolveu o commandante Alexandrino dar ordem para que fossem mettidos a pique ou encalhados o *Sete de Setembro*, a *Marajó*, o *Madeira*, o *Almirante Tamandaré* e a galeota *15 de Novembro*.

Ao ser conhecida essa ordem extraordinaria e inexplicavel, muitos protestaram, dizendo com razão que tal medida era antipatriotica e inopportuna, tanto mais quando alguns delles ainda nos poderiam

prestar bons serviços. Mas a nada attendeu o sr. Alexandrino, e lá foram mettidos a pique, na enseada de Mocanguê e na Ponta de Arêa o *Madeira*, a *Marajó* e a galeota, emquanto que o *Sete de Setembro* era encalhado em Nictheroy. Só o *Tamandaré* escapou á hecatombe, felizmente para nós, pois que, esse possante navio armado mais tarde, bem relevantes serviços nos veiu a prestar ainda!

Ao historiar a attitude da esquadra extrangeira para comnosco, tive occasião de me referir ao rebocador *Audaz* que, graças á neutralidade do sr. Saldanha, foi por este entregue ao governo e recolhido á doca da alfandega.

Os antecedentes do conflicto provocado por esse celebre rebocador, já os narrei no capitulo VIII. Limito-me, pois, a narrar o bombardeio á alfandega.

Na tarde de 25 de setembro, o almirante Mello dirigiu-se com o *Aquidaban* para o canal em frente ao Arsenal de Marinha. Uma vez ahi, enviou o seu secretario ao Arsenal com uma intimação escripta em que fazia ao governo a seguinte proposta para a retirada do *Audaz*:

1°. Fazel-o retirar da doca sem demora;

2°. Entregal-o a uma das divisões extrangeiras como parte neutra.

Se o governo tal não fizesse, havia de sujeitar-se ás consequencias da sua recusa, sendo-lhe marcado o prazo maximo de meia hora para responder, findo o qual, a esquadra romperia fogo contra a doca.

Essa intimação foi entregue pelo 1.° tenente Belfort ao capitão-tenente Miranda Campello, que veiu ao caes do Arsenal receber o nosso companheiro e comprometteu-se a fazer chegar sem demora a intimação ao governo.

Cêrca de 3/4 de hora depois, foi a bordo do *Aquidaban* um ajudante do guarda-mór e declarou que o governo não podia acceitar a intimação, o que equivalia a dizer que não entregava o *Audaz*.

Após esta declaração, o almirante Mello deu tempo áquelle funccionario de chegar a terra, e, passados vinte minutos, o *Aquidaban* rompeu fogo com a artilheria das torres e as metralhadoras.

Os canhões assentados nos morros do Castello e de S. Bento não dispararam um unico tiro, e foi sómente depois que o *Aquidaban*, tendo cessado o fogo, se retirava para seu ancoradouro, no poço, que se resolveram a fazel-o.

Essa expedição, como algumas feitas anterior e posteriormente pela esquadra, teve resultado negativo, e isto por causa da desharmonia de vistas entre o almirante Mello e muitos officiaes e paizanos, que se achavam a bordo, e o commandante Alexandrino, que não obedecia ás ordens do chefe e se oppunha terminantemente a que se bombardeasse a cidade.

A attitude assumida por esse official não só prejudicava o prestigio do almirante, como compromettia a revolução. De que serviam as intimações feitas ao governo, se não as executavamos ao pé da lettra e nos limitavamos a pequenos tiroteios

que nenhuma vantagem nos traziam? Singular cegueira essa de não ver que a união de todos era a maior garantia da victoria contra um governo que não tinha as sympathias da maioria do povo brasileiro!

Nessa mesma tarde em que o *Aquidaban* bombardeou a doca da Alfandega e o Arsenal de Marinha, alli estavam preparados batelões para receberem o 7°. batalhão de infanteria, que tinha ordem de se apossar da Ilha das Cobras. Foi esse bombardeio que fez mallograr o plano do marechal, do qual nenhum aviso tiveramos, posso affirmal-o sem receio de contestação. A expedição do *Aquidaban* tinha unica e exclusivamente por fim o aprisionamento do *Audaz*.

Nessa mesma tarde, vimos atracar á fortaleza de Villegagnon uma lancha que trazia içada a bandeira nacional. A' vista da neutralidade do sr. Saldanha, tanto os de terra como os da esquadra toleravam o transito pela bahia das lanchas que estavam ao serviço daquelle almirante, e, por isso, nenhuma desconfiança nos causou o facto de vermos uma embarcação atracar á ponte daquella praça de guerra.

A' noite, como de costume, appareceu a bordo do *Aquidaban* o enviado de Villegagnon, que nos fez a seguinte communicação.

Naquella lancha que tinhamos visto, iam o chefe de esquadra reformado Jeronymo Gonçalves, o capitão de mar e guerra Benjamin de Cerqueira Lima e o capitão-tenente Luiz de Azevedo Cadaval e os 1.os

tenentes João Soares Dutra e Sebastião Guillobel.

Recebidos estes senhores pelo 1.° tenente Sylvio Pellico, declarou-lhe o sr. Jeronymo Gonçalves que ia, de ordem do governo, assumir o commando da fortaleza e que os officiaes que o acompanhavam substituiriam a officialidade que alli se achava de serviço.

O tenente Sylvio reuniu immediatamente os seus officiaes, participou-lhes que ia entregar o commando da fortaleza ao contra-almirante, e estes accederam. Restava agora dar conhecimento dessa occorrencia á guarnição.

Dado toque de reunir, esta formou promptamente, e o tenente Sylvio declarou-lhe que acabava de passar o commando ao contra-almirante Jeronymo Gonçalves, nomeado pelo governo para substituil-o.

Da guarnição, mal ouviu esta declaração, destaca-se um 1.° sargento e, dirigindo-se ao sr. Gonçalves, declara-lhe em termos positivos que os seus camaradas não reconheciam como commandante senão o tenente Sylvio e intima-o a que se retire.

Julgando-se desrespeitado, o contra-almirante reprehende energicamente o referido sargento, que sem demora lança mão de uma arma e a aponta contra elle.

A bordo, costumamos prestar homenagem á valentia, seja mesmo praticada pelo nosso inimigo, e é com prazer que registro a calma e o sangue-frio de que por essa occasião deu provas o sr. Jeronymo

Gonçalves. Outro tanto não posso dizer dos seus quatro companheiros que, ao verem o caminho que tomavam as cousas, julgaram prudente pôrem-se a salvamento.

A' vista da attitude decidida da guarnição, o tenente Sylvio fez ver ao sr. Gonçalves que não eram os officiaes nem elle que se oppunham á ordem do governo. Então, o 1.° sargento exigiu dos enviados do marechal a entrega das espadas e das demais armas que levavam comsigo. O contra-almirante ainda quiz reagir, mas, obrigado pelas circumstancias, não teve remedio senão submetter-se á intimação e entregar as suas armas.

Querendo salvaguardar o seu procedimento e o dos officiaes, o commandante da fortaleza exigiu que o sr. Gonçalves e os seus companheiros assignassem uma declaração, salientando a recusa da guarnição e a entrega das armas, assim como o compromisso de não se empenharem mais em uma expedição daquella ordem.

Após a assignatura desse documento, cujo original tive occasião de ler, o contra-almirante retirou-se para terra com os seus companheiros, sem duvida menos encolerisado pelo máu exito da sua expedição do que pelo vexame que passára de entregar as suas armas perante a guarnição inteira.

O procedimento do tenente Sylvio foi muito commentado a bordo, extranhando-se que um homem que tantos favores devia á esquadra, de nada nos tivesse avisado e impedisse assim que realisas-

semos tão importante prisão. Foi este mais um fructo de tão singular neutralidade!

Dias depois, o tenente Sylvio mandou entregar a espada do sr. Gonçalves ao almirante Saldanha, que, por sua vez, a restituiu a seu dono, fazendo-a acompanhar de uma carta, cujo texto bem se deve avaliar qual deve ter sido!

XI

A sahida do Urano

Apezar das privações porque passámos durante essa longa lucta na bahia do Guanabara; apezar das injurias e das calumnias, que todos os dias, á mesma hora, com o mesmo odio cégo, a imprensa officiosa atirava sobre nós; apezar da dôr que sentiamos, ao ver a desharmonia e a inveja insinuarem-se entre nós e fazerem correr tão sérios perigos a victoria da causa que pleiteavamos; factos se deram de tão sublime heroismo, que tudo esqueço, para só me lembrar delles, com o orgulho de quem veste a farda de official de marinha.

Entre elles, um dos que mais ennobrecem a classe foi a sahida do *Urano*, que nem sequer mereceu as honras de uma pequena palavra de louvor por parte dos nossos inimigos!

Passo a penna a um dos heróes desse brilhante feito, que nos vai contar toda a verdade, com a singeleza do marinheiro acostumado ao perigo.

« Na manhã de 13 de outubro, recebemos ordem de ter tudo disposto para, naquella mesma noite, forçar a barra. A officialidade do *Urano* — simples vapor mercante de madeira armado em guerra —

compunha-se das seguintes pessoas : commandante, o 1° tenente Francisco da Costa Mendes ; immediato o piloto José Graça; 1° piloto Francisco Arrobas; 2° dito, M. Fortes; 1° machinista, João Braga; 2° dito, Manoel Simões Serra; 3°s ditos, Collatino Alves de Mattos e Antonio Fernandes. A tripulação compunha-se de 50 homens, incluindo foguistas, carpinteiro e marinheiros mercantes.

Iam a bordo, como passageiros, o general Piragibe, coronel João Pedro Salgado, Jacques Ouriques, tenente-coronel coronel Sebastião Bandeira, capitão-tenente Damasio, capitão Gentil Eloy de Figueiredo João dos Santos Teixeira, commissario da armada Alfredo Alvim, cirurgião-dentista Nogueira da Gama, Luiz Nunes Pires, Eduardo Barão, Ricardo Silva e outros.

O *Urano* suspendeu ferro e seguiu para a ilha do Vianna, afim de arranjar chapas de diversos tamanhos e parafusos, para o caso de qualquer eventualidade, e tratou de fechar com escoras os quarteis da camara frigorifica, que communicavam entre si, afim de poder resistir á pressão da agua, caso se enchesse um ou outro quartel.

A's 21/2 da madrugada, recebidas as ultimas instrucções do almirante Mello, que avisou o nosso commandante da existencia, fóra da barra, de uma lancha com torpedos, o *Urano* começou a mover-se sem que a nenhum de nós fosse dado prever se chegariamos sãos e salvos ao nosso destino.

Ao passarmos pela frente de Villegagnon, parte um foguete de Santa Cruz e contra nós é logo

assestada a luz do holophote da Gloria. Foi quanto bastou para que começasse o troar violento dos canhões das fortalezas. Mas, impavido, o *Urano* continuou serenamente a sua marcha em demanda da barra, sem que o alcançasse um só tiro.

Assim passámos Santa-Cruz, quando uma bala vem furar o costado do nosso navio, na direcção do tanque dagua das machinas, e, após esta, outra que, infelizmente, vára o costado, a pequena distancia da chapa da caldeira, fazendo um rombo de seis pollegadas de diametro que, provocando a sahida rapida do vapor, deixa escapar agua, em ebulição, das caldeiras. Para passarmos despercebidos o para não deixarmos apparecer a bordo nenhuma luz que nos trahisse, tinhamos fechado e coberto com encerados todas as portas e escotilhas.

O vapor concentrou-se, pois, na casa da machina, queimando assim todo o pessoal que alli estava. Seis foguistas ficaram tão horrivelmente feridos, que falleceram no dia seguinte!

Tendo-se extinguido a pressão do vapor, o *Urano* parou. Estavamos entre a fortaleza de Santa Cruz e o Pão de Assucar, isto é, em uma posição arriscadissima, pois ficavamos sujeitos ás balas de Santa Cruz, Lage, S. João, Escola Militar e de todos os fortes de fóra da barra.

Era medonho o troar da artilheria! De todos os lados, choviam balas e bombas, que tudo destruiam na sua passagem! Os gritos das victimas mutiladas cortavam o coração! Os que procuravam nadar para terra com salva-vidas, encontravam a

morte a meio caminho. Os escaleres, varados pelas balas iam a pique, e só um conseguiu chegar a Guaratiba, onde a sua guarnição foi presa, sendo mais tarde fuzilada, em Sepetiba.

Seis horas — horas que nos pareceram um seculo! — durou o martyrio, e, a cada instante, parecia-nos que o *Urano* ia a pique, carregando comnosco! Pois bem, apezar das affirmações mentirosas dos jornaes governistas, o nosso commandante nunca pediu soccorro. Quem, do passadiço, aceneva com o lenço, era um marinheiro ebrio que desafiava as balas de Santa Cruz. Durante todo o tempo que ficámos parados, elle alli permaneceu, sempre gesticulando e gritando para a fortaleza, sem que uma só bala o attingisse!

Fica assim restabelecida a verdade dos factos.

Afinal, conseguiu-se descer, para ver em que estado se achava a machina e verificou-se que pouco soffrera. Fechadas as communicações, o 1º machinista ordenou que se accendessem os fogos da caldeirinha. Tendo sahido parte da agua da caldeira de prôa precipitada com o vapor da caldeira de ré, furada por bala, não foi possivel de momento lançar mão della, o que só se poude fazer depois de haver pressão na caldeirinha. Mas as chaminés estavam em tão misero estado, que só depois de 3 horas se conseguiu obter 47 libras de pressão, e pudemos afastar-nos um pouco das fortalezas, das quaes duas, S. João e Lage, já tinham cessado o fogo.

Outro perigo surgia, porém. Era tal a quantidade de agua que entrava pelos rombos do costado,

que as bombas da machina, as auxiliares e a ção feita do porão eram insufficientes para esgo- tal-a. Ao ver o risco imminente que corria o navio, o 1° machinista, que se achava muito queimado, sóbe ao tombadilho e dá parte do que se passa. Então, a marinhagem corre a buscar travesseiros e é com elles que se consegue tapar os rombos. Afinal, pudemos seguir até á ilha Grande, onde foram feitos os concertos.

Não é possivel descrever o estado em que se achava o *Urano*, que, graças á valentia do seu commandante e á coragem e abnegação de toda a tripulação, poude escapar a tão grave perigo. No convez, só se viam cadaveres e destroços de madeiras dos camarotes; aqui, encontrava-se um braço, mais além, uma perna, e por toda a parte, poças de sangue! A bordo, foi encontrada mais de meia tonelada de balas, que nos tinham sido atiradas!

Emquanto o navio esteve parado entre Santa Cruz e o Pão de Assucar, um marinheiro içou as bandeiras nacional e ingleza a meio páu; mas era tal a confusão a bordo onde havia seguramente 400 pessoas, que nunca se poude saber como o facto se déra. O que affirmo é que o nosso commandante nunca deu similhante ordem. »

Eis narrada fielmente a sahida do *Urano*. Digam os homens de bôa fé se foi ou não um feito heroico, que merece passar á posteridade, e que ha de passar, não obstante todas as mentiras com que os nossos inimigos têm procurado amesquinhal-o...

s vezes um parente proximo, um
quando fomos para o mar e[illegible]çar
amos qual o inimigo que ia [illegible]ei ter
eria que, no intimo da nossa alma
perança de vencer em poucos dias,
até, sem que fosse necessario dis-
amar uma só gotta de sangue?...
eria, ao narrar sem paixões os
a revolta de 6 de setembro, ha de
harmonia e de decisão dos revo-
em não deixará de consignar os
recorreu o governo do Brazil, re-
ssoa de um só homem, para pro-
os seus adversarios, — expedientes
nação civilisada o que só merecem
homens de bem.
rechal, todos os meios eram bons,
nseguisse os seus fins.
ins delles mas a lista é tão longa,
se exgotta. Assim é que, no pa-
conferenciou com o 1° tenente
nães, o commissario Calixto Gau-
to Lacerda, todos pertencentes a
diu : ao primeiro, para que en-
ia daquella fortaleza; ao segundo
sse a sua guarnição, em favor do
timo, sob promessa de fazel-o
de envenenar os caldeirões da
es marinheiros daquella mesma
ainda era neutra! Este ultimo
repetido pelo contra-almirante

Manoel Lopes da Cruz, no momento em que aquelle sargento embarcava para Villegagnon.

Se consigno estes factos, apezar da sua extrema gravidade, é porque me foram narrados pelos proprios protogonistas.

Não é tudo. O governo praticou verdadeiras barbaridades que eram completamente inuteis. Para que, com effeito, incendiou o edificio da Armação, onde havia valiosissimos apparelhos de electricidade? Para que deitou fogo ao *Sete de Setembro*, ao *Madeira*, ao *Marajó*, ao *Itaóca*?

Não prejudicou com isso a Nação? Não lhe fez perder avultadas quantias? E para que tudo isso?

Quando, com o correr do tempo e á medida que as paixões se forem acalmando, se conseguir apurar toda a verdade sobre a revolta de 6 de setembro, dous factos hão de tornar-se então salientes:

O primeiro é que o marechal Floriano, proclamado grande homem pelos partidarios do momento, abusou da confiança que a Nação nelle depositára e exgottou o Thesouro com inuteis esbanjamentos.

O segundo é que, apezar das despezas que occasionou ao paiz, apezar das victimas que fez, apezar de ter sido vencida, a revolta da armada prestou ao povo brazileiro um immenso serviço, que fará perdoar os seus erros: impediu que o marechal Floriano se declarasse dictador. Não fosse ella, e talvez, a estas horas, no palacio Itamaraty, não estivesse o dr. Prudente de Moraes presidindo com tanto civismo aos destinos desta grande mas infeliz Nação!...